



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 589 - DE 23 DE JUNHO A 7 DE JULHO DE 2019 - R\$ 4,00

Não submeter o movimento de luta contra a reforma da Previdência ao Congresso Nacional Que as centrais convoquem nova greve geral!

**Governo e Congresso Nacional estão unidos
para impor a reforma da Previdência**

**Que as centrais e sindicatos convoquem as
assembleias e organizem os comitês de luta!**

**Nosso objetivo não é remodelar a reforma
da Previdência de Bolsonaro/Guedes**

**Nosso objetivo é o de derrubar
e enterrar a reforma maldita!**

**1989
2019**

**30 anos construindo
o partido-programa
Ato Político dia 7 de julho**



Agrava-se a crise política do governo Bolsonaro

As condições objetivas são favoráveis à luta da classe operária

O surpreendente não foi que a greve geral de 14 de junho tenha sido parcial. O surpreendente foi que tenha ocorrido sob um governo que foi eleito com 57 milhões de votos, e que tomou posse há seis meses. Era de se esperar que as ilusões democráticas das massas pressionassem as suas camadas mais revoltadas e combativas a permanecerem passivas. A parcela dos assalariados e da juventude oprimida, que garantiram as manifestações em todo o país, porém, expressaram a tendência geral de luta, que se configurou na jornada de abril de 2017.

As eleições de outubro de 2018, que concluíram a transição do golpe de Estado e da ditadura civil de Temer, não abriram uma nova etapa de superação da crise política e econômica. Ao contrário, evidenciaram as enormes dificuldades da burguesia em canalizar a classe operária e demais explorados a estabilizar o regime político. É sintomático que a aliança do PSDB, DEM e MDB não tenha conseguido manter o controle da alavanca do Estado, depois da derrubada do governo petista, em 2016. A emersão da candidatura de Bolsonaro foi impulsionada pelas forças centrífugas da crise política, que não apenas levaram o PT ao desmoronamento, como também impossibilitaram o reordenamento dos velhos partidos burgueses. A ascensão de Bolsonaro e das forças militaristas se deu à margem das forças burguesas, que fizeram a passagem do regime de ditadura militar para o de democracia, e em meio à desilusão das massas com o governo nacional-reformista do PT.

A derrocada econômica do país, agravada com a recessão de 2015-2016, fulminou o governo do PT. Ao mesmo tempo, inviabilizou um novo ordenamento e uma nova estabilidade política. As massas sentiram na carne o retorno dos altos índices de desemprego e subemprego. A classe média, em especial, se deparou com o fim da aspiração do crescimento vertiginoso do consumo. Não bastassem as duras consequências da recessão, os explorados se viram diante de uma ofensiva da burguesia, sem precedente no período pós ditadura militar, contra antigas conquistas. O golpe de Estado e a instituição de um governo preposto foram marcados pelas reformas antinacionais e antipopulares, que tiveram seu ponto alto na década de 1990, no governo “neoliberal” de Fernando Henrique Cardoso. A reforma trabalhista e a terceirização de Temer foram rejeitadas e combatidas pelos explorados, ao ponto da burocracia sindical ter de convocar a greve geral de 28 de abril de 2017. O que se deu nas condições de agravamento da crise política. Em sua base, estiveram os escândalos de corrupção. Sabemos, no entanto, que as causas de fundo eram econômicas e sociais. A eleição de Bolsonaro foi embalada pela deformação do sentimento anticorrupção dos explorados, que acreditaram na farsa de que essa era a causa da bancarrota econômica do País e da desgraça da maioria oprimida.

A dura realidade do baixo crescimento, desemprego, subemprego, implantação da reforma trabalhista e expansão da

terceirização se encarregou, rapidamente, de pôr abaixo as falsificações burguesas, que arrastaram as massas às eleições. O brutal projeto de reforma da Previdência, lançado nos primeiros dias do governo Bolsonaro, mostrou a verdadeira feição burguesa e ultradireitista do governo recém-eleito. A diretriz militarista de retomar a centralização autoritária do Estado, a implantação da política econômica “ultraliberal”, e a orientação ideológica fascizante alimentaram mais ainda as divisões interburguesas e atingiram uma importante camada da classe média. A classe operária e demais setores assalariados passaram a reagir, imediatamente, contra a reforma da Previdência, e os cortes de recursos à educação e saúde.

Os conflitos entre as instituições do Estado, que ganharam proporções no período do governo petista, não se arrefeceram. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) não se sujeitaram completamente ao governo, embora estivessem e estejam alinhados, principalmente, quanto à reforma da Previdência. As várias destituições de ministros indicam a dificuldade de dar fisionomia ao governo. As investigações contra o senador e filho de Bolsonaro, ligado às milícias do Rio de Janeiro, maculou a hipocrisia moralista do bolsonarismo. E, agora, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, está às voltas com as revelações sobre o complô armado com o Ministério Público para caçar os petistas e prender Lula.

É nesse torvelinho que a burocracia que comanda as centrais limitou a greve geral de 14 de junho, para que o movimento dos explorados não se chocasse diretamente com o governo em crise e com o Congresso Nacional, encarregado de impor a reforma da Previdência. Está claro que a sobrevivência do governo depende do Congresso Nacional concluir o projeto de Guedes. Essa sobrevivência, portanto, depende do sacrifício ainda maior dos trabalhadores. A oposição parlamentar, que circunda politicamente a burocracia sindical, passou a ter um papel mais ativo e aberto no arrefecimento da luta, diante da conclusão do relatório da Comissão Especial. Assistimos a importantes deputados da oposição se colocarem como auxiliares da propaganda mentirosa de que, agora, a reforma da Previdência já não é mais do governo, e sim do Congresso Nacional. As centrais, por sua vez, pretendem fazer uma “marcha” a Brasília para entregar os abaixo-assinados. É o prenúncio da intenção de encerrar o movimento.

A classe operária e demais explorados estão diante do perigo da burocracia se render ao Congresso Nacional, como fez com a greve geral de abril de 2017. No momento, a tarefa da vanguarda revolucionária e da fração classista dos movimentos sindical, popular e estudantil é o de exigir das centrais a convocação imediata de uma nova greve geral. Para isso, é imperativo que se denuncie, rejeite e combata a canalização da luta das massas para o jogo parlamentar. É preciso defender o método da ação direta, mostrando aos explorados que devem confiar somente em suas próprias forças.

Carta aos trabalhadores e à juventude

Balanço necessário, para organizar uma nova greve geral

A greve geral e as manifestações por todo o país mostraram ao governo e ao Congresso Nacional que os explorados estão absolutamente contra a reforma da Previdência. O fato de a greve ter sido parcial, principalmente, no maior estado da federação, São Paulo, não modifica essa constatação. O contingente de operários e demais trabalhadores que acabou indo ao trabalho também estava contra a reforma. Não há dúvida de que os milhões que acataram o chamado à greve geral expressaram a vontade da maioria dos explorados. O motivo é que essa reforma sacrifica a vida dos milhões que ganham baixos salários, e que estão sujeitos ao desemprego e ao subemprego.

Nenhum operário, nenhum trabalhador do comércio, nenhum bancário, nenhum professor, enfim, ninguém que depende do salário para sobreviver pode estar de sã consciência a favor de uma medida que obriga a trabalhar e contribuir por mais tempo, e receber um ganho menor na velhice. Está aí por que o fato da greve geral ter sido parcial não quer dizer que foi rejeitada pela maioria da população. Certamente, se tivesse sido mais potente que a greve geral de 28 de abril de 2017, atingiria mais frontalmente o governo e o Congresso Nacional. A sua limitação reduziu o impacto do choque das massas com a burguesia e seu governo.

Se a maioria está contra a maldita reforma de Bolsonaro/Guedes, o que explica, então, a ida ao trabalho de um contingente tão grande de assalariados? A resposta está na confluência de um conjunto de motivos, mas o principal deles reside na direção sindical e política do movimento. As centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, etc. – não estavam pela derrubada integral da reforma da Previdência. A greve foi concebida para servir de pressão popular sobre as negociatas, realizadas no Congresso Nacional, para alterar alguns aspectos do projeto governamental. A unidade burocrática entre as inúmeras centrais esteve e está determinada por essa diretriz política. As diferenças verbais entre a CUT e Força Sindical, os dois principais pilares da unidade burocrática, não tiveram como ocultar a base comum do objetivo de realizar uma greve geral limitada, que servisse tão somente de demonstração de força no jogo parlamentar. Não se tratava de erguer as massas em contraposição ao governo, de maneira que atingisse o conjunto das instituições do Estado, entre elas, o Congresso Nacional. Tanto a avaliação, quanto a política, que move as ações da burocracia sindical, é de que não é possível derrubar e enterrar a reforma da Previdência por meio da greve geral, de manifestações, bloqueios, etc.

Os burocratas vinculados ao PT, PCdoB, PSB, Solidariedade e PDT foram à greve convencidos de que uma reforma da Previdência é necessária, dada à crise econômica e ao desequilíbrio fiscal. Era inaceitável, no entanto, o projeto de reforma de Paulo Guedes, devido à radicalidade das alterações ao sistema previdenciário vigente. É bom lembrar que Lula e Dilma, bem como os governadores do PT, também fizeram reformas na Previdência, que atingiram os trabalhadores. Não é uma posição de princípio da burocracia sindical e da oposição que se reivindica de esquerda derrotar qualquer que seja a reforma que elimine direitos das massas trabalhadoras.

A tese dos reformistas é a de que, não só os trabalhadores devem se sacrificar, como também os capitalistas. Acreditam na possibilidade de distribuir os sacrifícios entre exploradores e explorados, em nome da economia nacional e do país. A crítica ao projeto de Guedes é de que é “injusto” e “cruel” com os trabalhadores. O papel da oposição no Congresso Nacional é o de torná-lo menos injusto e menos cruel. O Congresso Nacional, assim, tem como calibrar as medidas, de forma que não pese tanto aos trabalhadores. Os parlamentares podem se sensibilizar e sentir a pressão das massas atingidas e descontentes. Afinal, são eleitos pelo povo e podem ser rejeitados

As centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, etc. – não estavam pela derrubada integral da reforma da Previdência. A greve foi concebida para servir de pressão popular sobre as negociatas, realizadas no Congresso Nacional, para alterar alguns aspectos do projeto governamental. A unidade burocrática entre as inúmeras centrais esteve e está determinada por essa diretriz política.

nas próximas eleições, caso se identifiquem inteiramente com o projeto “injusto” e “cruel”. No governo do PT, os sindicatos e movimentos eram ouvidos e, em certa medida, podiam ludibriar a classe operária com a propaganda de que as medidas antipopulares eram negociadas. Assim foi feita a reforma da Previdência de Lula e Dilma, sem que se organizasse uma greve geral.

O governo de Temer resultou de um golpe de Estado, afastando a burocracia sindical dos círculos de decisão, e arrancando os petistas dos postos de comando do Estado. A reforma trabalhista e a terceirização foram impostas. A burocracia sindical não teve alternativa a não ser contestar e responder com a greve geral de 28 de abril de 2017. Não deu sequência à luta, a Força Sindical, UGT e aliados foram negociar, com o governo, uma solução para o imposto sindical, e a CUT e aliados caíram na prostração. Ficou para o governo eleito a imposição da re-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

forma da Previdência. Bolsonaro assumiu como primeira tarefa de seu governo concluir a obra da ditadura civil de Temer. Tratava e trata-se de uma contingência da crise capitalista e da exigência do capital financeiro. O governo eleito fortaleceu as tendências militaristas e ditatoriais que estiveram na base do golpe de Estado e do governo preposto.

Novamente, a burocracia sindical e os partidos de oposição se viram diante do mesmo problema. Não poderiam simplesmente fazer barulho verbal e nada acontecer. A solução foi a de retomar o movimento da greve geral. Agora, estavam diante de um governo eleito e, no conceito dos reformistas, legitimado pelas urnas. O caminho a seguir, portanto, era o de se agarrar ao Congresso Nacional, para alterar o bárbaro projeto do banqueiro Guedes. Marcaram a greve geral de 14 de junho, seguindo a previsão do trâmite legislativo. Está aí por que, no 1º de Maio unificado, Paulinho da Força, criador do Solidariedade, vinculado ao Centrão, usou a tribuna para discursar em favor das negociatas parlamentares. A tese de que se tratava de “desidratar” o projeto do governo expôs abertamente a política da burocracia sindical e da própria oposição, que não tiveram a honestidade e a coragem de se pronunciar com tamanha clareza. Somente os cegos ou os oportunistas de esquerda não viram que ali estava determinada o destino da greve geral. Não há como não responsabilizar a direção pelo caráter limitado e parcial da greve de 14 de junho.

É preciso ainda considerar outros fatores. O movimento se deu e se dá diante de um governo recém eleito. Embora Bolsonaro venha perdendo apoio, conta ainda com uma margem de manobra na classe média, e em uma camada da população pobre. Subterraneamente, as igrejas evangélicas trabalharam nos bairros contra a greve geral. Ouvia-se de populares o chavão decorado “Deixe o homem governar”. Esse contrapeso social à greve geral favoreceu a linha estratégica da burocracia sindical, de evitar o choque das massas com o governo e com o Congresso Nacional. Não se pode, também, desconhecer a situação de desemprego e subemprego, que aflige a classe operária e demais trabalhadores. Nessas condições, a pressão patronal contra a greve causa compreensíveis temores. Ocorre que a burocracia sindical e os reformistas de todo o tipo não levantaram um dedo contra as demissões em massa, que ganharam terrível proporção, a partir da recessão de 2015. O palavreado em favor de uma política de “geração de empregos” não convence ninguém a lutar. A bandeira de defesa dos empregos, colocada ao lado da bandeira contra a reforma da Previdência, não passou de um penduricalho, colocado de última hora no movimento. Pior ainda é a via da reforma tribu-

Balanço da Greve Geral

tária, levantada pelos reformistas, como alternativa à reforma da Previdência de Bolsonaro.

Um dia antes da greve geral, o deputado Samuel Moreira (PSDB) divulgou o relatório da Comissão Especial. Não foi por acaso a coincidência dos fatos. A oposição reivindicou para si, como vitória, as alterações anunciadas pelo relator. É bem provável que, daqui em diante, as centrais se limitarão a esse curso legislativo. Já se cogita fazer as impotentes marchas à Brasília, para entregar os impotentes abaixo-assinados. É bem possível que o PT e aliados considerem realizada sua tarefa de contestação à reforma de Bolsonaro. É atrativa a tese de que já não se trata mais de um projeto do governo, mas de uma reforma sob a responsabilidade do Congresso Nacional. Segundo a diretriz dos reformistas e da burocracia sindical, não tem sentido realizar uma nova greve geral contra o projeto do Congresso Nacional. Mesmo assim, ouvimos declarações da CUT de que o movimento não se encerrou.

É bom assinalar que a tentativa de transformar o movimento das massas contra a reforma de Bolsonaro em canal da bandeira “Lula Livre” não animou os explorados, a não ser as próprias bases petistas. O oportunismo de esquerda que procurou colar a bandeira de “Fora Bolsonaro” e “eleições gerais” ao “Lula Livre” permaneceu à margem das necessidades objetivas que impulsionaram a greve geral. O oportunismo eleitoralista se mostrou um artifício, um desvio distracionista, diante da tarefa de organizar as massas para derrubar e enterrar a reforma da Previdência.

Objetivamente, a tarefa operária e popular de derrotar o governo e o Congresso Nacional está em pé. Mudou apenas um fator na ordem política. Os explorados estão diante da farsa montada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), e pelo rela-

tor, Samuel Moreira (PSDB), que pretende desvincular a reforma da Previdência do projeto do governo. É preciso denunciar que a reforma do Congresso Nacional é a mesma reforma do governo. As alterações não deixam de sacrificar brutalmente a maioria oprimida. Agora, as correntes, a militância com consciência de classe e os comitês de luta têm de combater as ações da burocracia sindical, contrárias a organizar uma nova greve geral.

Nenhuma conciliação com o Congresso Nacional!

Derrubar e enterrar a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e do Congresso Nacional! Que as centrais convoquem imediatamente uma nova greve geral!



É bem possível que o PT e aliados considerem realizada sua tarefa de contestação à reforma de Bolsonaro. É atrativa a tese de que já não se trata mais de um projeto do governo, mas de uma reforma sob a responsabilidade do Congresso Nacional. Segundo a diretriz dos reformistas e da burocracia sindical, não tem sentido realizar uma nova greve geral contra o projeto do Congresso Nacional. Mesmo assim, ouvimos declarações da CUT de que o movimento não se encerrou.

Política operária

14/06: mais um passo na luta pela derrubada da reforma da Previdência

A greve geral do dia 14 de junho mostrou ao governo e ao Congresso Nacional que a maioria dos trabalhadores está contra a maldita reforma da Previdência. A greve geral é uma das manifestações mais fortes e importantes da classe operária e demais explorados.

Ao paralisar a produção, o comércio, os transportes, os bancos, as escolas, etc., os assalariados e a juventude expressam a vontade coletiva da maioria explorada. Maioria que é submetida à exploração de sua força de trabalho. Maioria que recebe um salário que mal dá para viver. Maioria que enfrenta as demissões, desemprego e subemprego. Maioria que está pagando caro pela reforma trabalhista e pela terceirização. Essa mesma maioria é que será ainda mais sacrificada com a reforma da Previdência.

A greve geral foi a união da maioria explorada contra

minoria capitalista exploradora, seu governo e seu Congresso Nacional. A minoria capitalista não está disposta a abrir mão da reforma que sacrifica a maioria. A economia de quase 1 trilhão de reais será feita à custa de nossa desgraça e sofrimento na velhice.

Não conseguimos, ainda, derrubar e enterrar a reforma da Previdência. Está aí por que devemos fazer uma greve geral mais ampla, mais combativa e mais unida.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigir, das centrais, sindicatos e movimentos, a convocação de uma nova greve geral. Que convoquem as assembleias imediatamente, formem os comitês de luta, e fortaleçam os que já existem. Só a organização independente e de combate dos explorados pode vencer a ganância dos exploradores.

Por que a greve geral foi parcial?

É preciso fazer uma severa avaliação do dia 14 de junho. Apesar de a greve ocorrer em todo o país, não conseguiu paralisar toda a atividade econômica. A CUT diz que 45 milhões de trabalhadores acataram a greve. É um número significativo. O total da população ocupada, no entanto, é de 92 milhões. Nossa greve poderia, portanto, ter sido mais ampla e potente.

A pergunta que nos fica é: *por que a greve foi parcial?* De maneira resumida dizemos: 1) porque as centrais e os sindicatos não se empenharam de corpo e alma para organizar a greve a partir das bases; 2) porque boa parte dos sindicatos não fez assembleias nas fábricas, nem assembleia geral, para organizar a greve; 3) porque os sindicatos não se esforçaram por constituir os comitês de organização da greve geral; 4) porque as direções não estão de verdade pela derrubada da reforma da Previdência; 5) porque as direções estão pela negociação de emendas ao projeto do governo no Congresso Nacional; 6) porque uma parte dos sindicatos se curvou diante da ameaça da Justiça de aplicar milionárias multas; 7) porque a campanha patronal de que alguma reforma da Previdência é necessária penetrou na cabeça de uma parcela da população; 8) porque as igrejas evangélicas trabalharam contra a greve geral; 9) e porque o governo ditatorial de Bolsonaro ainda conta com apoio de uma parte da população.

De todas essas causas, a principal delas é a do pouco empenho das direções sindicais para enfrentar as campanhas mentirosas do governo, do patronato, da imprensa e das igrejas evangélicas, bem como enfrentar as ameaças da justiça burguesa. Muitas delas deram para trás horas antes de começar a greve geral, desorganizando as bases.

O Boletim Nossa Classe avalia criticamente, em primeiro lugar, a falta de empenho das direções sindicais. Cabia às direções combaterem firmemente as pressões do governo, da justiça, da burguesia e das igrejas evangélicas contra a greve. O Boletim Nossa Classe defende uma nova greve geral, mais bem organizada.

Não confiar no Congresso Nacional

A própria oposição parlamentar está dizendo que as mudanças feitas pelo relator melhoraram a reforma da Previdência. E que o objetivo é melhorar ainda mais. Por sua vez, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), quer dar a entender que, agora, a reforma é do Congresso Nacional, e não mais do Bolsonaro. Todo mundo sabe, porém, que Maia é governista. O maior perigo, portanto, está na oposição. Aqueles que se diziam contra a reforma de Bolsonaro, agora, pretendem nos convencer de que devemos apoiar a reforma do Congresso Nacional. Entre as centrais sindicais, tem dirigente que acha que o nosso movimento já conseguiu uma “vitória”, com o novo projeto do relator Samuel Moreira. **Mentira!** Na realidade, mantém o essencial do projeto de Bolsonaro.

Devemos tomar o máximo de cuidado com a traição daqueles que falaram contra a reforma da Previdência e que, agora, estão virando a casaca. Esses oportunistas estão usando nossa greve geral para comparecer como representantes dos trabalhadores que lutam.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a manterem a luta contra toda e qualquer reforma da Previdência que quebre direitos, e que atinja a vida dos explorados. Manterem a luta contra qualquer reforma que proteja a burguesia. Manterem a luta contra qualquer reforma que sirva aos banqueiros e demais saqueadores do Tesouro Nacional.

A quem serve a reforma da Previdência?

Somente os mal-informados podem acreditar que a reforma da Previdência é para acabar com os privilégios, e para proteger os mais pobres. *Nada disso é verdadeiro!* A reforma da Previdência é para economizar recursos, para pagar anualmente mais de R\$ 350 bilhões em juros da dívida pública, que alcança R\$ 5 trilhões, ou, 75,9% do PIB. Aí está o buraco da economia brasileira. A dívida pública e a brutal carga de juros são os causadores dos desequilíbrios fiscais. Explicam também os cortes de recursos à educação, saúde e serviços sociais.

CONFIAR APENAS EM NOSSAS PRÓPRIAS FORÇAS

A greve geral mostra que a classe operária e os demais explorados podem parar o País. Aqueles que dizem para acreditarmos no Congresso Nacional querem que renunciemos à nossa própria força. Querem que confiemos nos partidos e deputados que servem à burguesia. Os seus senhores são os exploradores do povo.

Vocês viram algum deputado defender lá no Congresso Nacional a greve geral para derrubar e enterrar a reforma de Bolsonaro-Guedes? Com certeza, não viram! E por quê? Por que não existe nenhum partido no Congresso Nacional que trabalhe para que a classe operária confie apenas em suas próprias forças. A greve geral, ainda que parcial, é o caminho que temos para nos defender dos ataques da burguesia, do governo e do próprio Congresso Nacional.

O Boletim Nossa Classe diz claramente para os explorados: ou vamos a uma greve geral mais completa, unida e combativa, ou o governo e o Congresso Nacional vão nos impor a violenta reforma da Previdência. Trabalhadores, ou confiamos em nossas próprias forças, ou nos submetemos à força da burguesia e de seus lacaios do Congresso Nacional.

O governo culpa o “déficit da Previdência”. Mas os trabalhadores produziram montanhas de riquezas nas fábricas, construções, minas, campos, etc. Dá para se aposentar muitas vezes, com uma pequena fatia dessa riqueza.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e os sindicatos se posicionem pelo não pagamento da dívida pública. Nem um centavo aos banqueiros e demais saqueadores do Tesouro Nacional! Nenhuma reforma da Previdência que sacrifique os trabalhadores!

Por uma nova greve geral

É preciso uma nova greve geral, mais ampla, mais combativa e mais unida. As centrais sindicais disseram que vão fazer uma marcha à Brasília e entregar aos deputados os abaixo-assinados. Sabemos que, por experiência, os abaixo-assinados são jogados na lata do lixo. Sabemos, também, que somente a manifestação em Brasília não atinge o governo. A greve geral é o nosso instrumento capaz de derrotar a reforma do governo e do Congresso Nacional. Tem de ser uma greve ativa. A orientação de que os operários devem fazer a greve e ficar em casa serviu para que a greve do dia 14 de junho fosse passiva.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela retomada da greve geral ativa. Greve geral com grandes manifestações e bloqueios. Esse é o caminho para derrotar a reforma da Previdência. Ainda é possível derrotar o governo e o parlamento! Basta que confiemos em nossas próprias forças, nossos próprios métodos de luta, e nossa organização com independência de classe!

PLENÁRIA GREVE GERAL-SP

O POR realizou, no dia 16, uma plenária da regional São Paulo, de balanço da greve geral. Contou com três pontos: 1) breve relato da atuação do partido nas regiões e no ato centralizado; 2) avaliação política da greve em todo o país e o papel das direções sindicais; 3) conclusões.

Resumimos aqui os relatos

No *Taboão*, as ações começaram por volta das 5h, com um bloqueio na Rodovia Régis Bittencourt. A ação foi aprovada na reunião do comitê local, que inclui a participação de sindicatos e movimentos. Dali, os manifestantes partiram em marcha até uma praça no Largo do Taboão. Nesse mesmo local, teve início, algumas horas mais tarde, outra passeata, dessa vez organizada pela subsede do sindicato dos professores, Apeoesp. Contou com a presença de estudantes, que haviam realizado um ato regional em Itapeverica da Serra (cidade vizinha), um pouco mais cedo. Os manifestantes caminharam até o entroncamento com a Avenida Prof. Francisco Morato. A ação con-

cluiu com a fala de algumas lideranças, militantes das organizações políticas que construíram aquela mobilização. Dali, seguiram todos para o ato centralizado na Av. Paulista. O POR esteve presente nas lutas da região do Taboão, com sua bandeira, panfletos, com o Jornal Massas e, sobretudo, com o seu programa. Denunciou a gravidade dos ataques da burguesia, apontou o acerto do método da ação direta, indicando, inclusive, a necessidade de expandir o movimento para uma paralisação por tempo indeterminado, tudo isso sem deixar de assinalar, desde aquele momento, a traição das centrais e partidos que, seguindo a política de negociar as emendas ao PL no Parlamento, haviam desmontado parcialmente a greve.

Em *São Matheus*, o partido atuou juntamente com o movimento popular pela moradia. Foi realizado um ato, seguido de passeata. A manifestação pela manhã, apesar de ter sido menor que a de abril de 2017, conseguiu agitar a greve. As direções locais dividiram o movimento em dois atos, o que dificultou a presença mais massiva. A militância e simpatizantes se reu-

niram em torno da faixa do partido, que serviu para conduzir a passeata. O partido pôde expressar-se por meio da intervenção, do manifesto e das palavras de ordem.

No **ABC**, houve a paralisação das montadoras e de algumas fábricas, mas a orientação da burocracia cutista foi a de ficar em casa. As atividades foram impulsionadas pelo comitê unificado. No comitê unificado, atuam as correntes, dirigentes e ativistas sindicais. Ocorreram panfletagens, convocando para a greve geral. No dia da greve, logo de madrugada, militantes de correntes, do MTST e ativistas realizaram o bloqueio, por algumas horas, do Rodoanel. Em seguida, ocorreu um ato com a presença maior de ativistas. O partido atuou impulsionando o bloqueio e ato de rua.

Em **Franco da Rocha**, com a participação dos professores da subsele da APEOESP e do Comitê, realizou-se a panfletagem na estação de trem e colagem de cartazes, convocando os trabalhadores e a juventude para as manifestações da greve geral. No dia, foi feito um piquete, juntamente com militantes do MST da região.

Na **Lapa**, o comitê organizou panfletagem nas estações de trem, nos dias que antecederam à greve geral. O sindicato metalúrgico, ligado à Força Sindical, não se empenhou em organizar o movimento na região. Diferentemente da greve de 2017, não houve manifestação nas portas de fábricas, nem marcha bloqueando a marginal do Tietê. As correntes se dividiram, uma parte se colocou por ir a uma fábrica do Butantã, indicada pelo metalúrgico, e outra esteve presente no bloqueio da avenida. A divisão enfraqueceu as atividades pela manhã. O grave foi que não ocorreu nenhuma ação junto à classe operária na região. A militância porista atuou no bloqueio da Lapa com cartazes contrários à reforma da Previdência, manifesto e bandeiras do partido.

Na **USP**, ocorreu o trancaço do portão 1 (o principal da USP), deliberadas no Comitê de Luta da Zona Oeste e nas assembleias de estudantes e funcionários, e a manifestação avançou até a Avenida Francisco Morato, onde se bloqueou um entroncamento importante da zona sul/oeste. As correntes jogaram pouco peso na convocação, o que dificultou a ação de rua, e começaram sua dispersão antes mesmo da repressão policial, anunciada com a chegada da força tática da PM. Mesmo assim, a polícia reprimiu o movimento e prendeu 10 ativistas. O partido atuou firmemente para que a greve geral ganhasse força na universidade e que a ação de rua fosse massiva e combativa.

O **Ato das centrais, em frente ao INSS**, às 11 horas, foi esvaziado. Ocorre que o objetivo era apenas o das direções das centrais fazerem um pronunciamento demagógico. O partido distribuiu o Manifesto que denunciava os acordos em torno das emendas à reforma da Previdência.

No final da tarde, ocorreu o **ato na Av. Paulista**. Concentrou dezenas de milhares de pessoas, a maioria estudantes e servidores públicos. Na hora, a CUT, PT e outros reformistas decidiram deslocar o ato do Masp para frente da Fiesp, alegando impedimento da prefeitura. O fato foi que parte dos manifestantes seguiu a burocracia e outra permaneceu no Masp. No final, houve a passeata de todos até o centro da cidade. Os petistas e seus seguidores de esquerda procuraram colocar no

centro do movimento a bandeira de “Lula livre”. O partido aglutinou a militância e simpatizantes em torno da faixa contra a reforma e as emendas. Fez campanha em torno da bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”, distribuiu o Manifesto e atuou por meio de palavras de ordem, que eram entoadas pelos ativistas próximos à coluna do partido e da passeata. Propagandeou a bandeira do governo operário e camponês, de fim do capitalismo e pela revolução proletária.

Avaliação

Após os relatos, foram feitas avaliações da greve nacional. Destacamos alguns pontos:

- 1) A greve geral foi parcial. Em alguns estados, contou com maior empenho das direções sindicais, populares e estudantis. Em São Paulo, a ação da burocracia conciliadora foi decisiva para que a greve geral não colocasse a classe operária no centro do movimento. A Força Sindical, UGT, etc. não fizeram nada para paralisar as fábricas. A CUT e o sindicato metalúrgico do ABC orientaram os metalúrgicos

Ao contrário da greve de 28 de abril de 2017, em que houve a paralisação dos transportes e de parte da classe operária, para, em seguida, os burocratas desviarem o curso da luta para o Congresso Nacional, agora, a traição ocorreu antes da greve.

- das montadoras e outras fábricas a ficarem em casa. Essa conduta expressou a posição dos burocratas da plenária de 4 de junho, de que os trabalhadores deveriam paralisar e permanecer em suas casas, as ruas deviam ficar vazias;
- 2) Na noite que antecedeu o 14 de junho, a UGT e seus comparsas desmontaram a paralisação do setor de transportes. Assim, os ônibus, trens e parte das linhas do metrô funcionaram normalmente, em São Paulo. A traição dos burocratas veio à tona. Ao contrário da greve de 28 de abril de 2017, em que houve a paralisação dos transportes e de parte da classe operária, para, em seguida, os burocratas desviarem o curso da luta para o Congresso Nacional, agora, a traição ocorreu antes da greve;
- 3) A CUT, CTB, principalmente, realizaram assembleias nas portas de fábricas, mas não pretendiam enfrentar o governo Bolsonaro. Por isso, tratava-se de fazer uma greve passiva (ficar em casa, ruas vazias, etc.). Centraram suas atividades na coleta de assinaturas do abaixo-assinado, dirigido aos parlamentares. Portanto, o objetivo de usar a greve como pressão parlamentar esteve presente desde o 1º de Maio. Estiveram no centro da manifestação da Av. Paulista, levantando as bandeiras de defesa da democracia e das instituições burguesas. O presidente da CUT, Vagner Freitas, disse no ato da Paulista: “O relatório de Samuel Moreira é ruim. Não concordamos. Mas, ele é melhor que a reforma de Bolsonaro”. Esse discurso fala por si só a intenção do burocrata em negociar emendas ao projeto;
- 4) A CSP-Conlutas e Intersindical não foram capazes de se diferenciar da burocracia traidora. Não denunciaram a traição, que estava latente. Limitaram-se a não quebrar o acordo de unidade entre as centrais, quando Paulinho da Força e a UGT, abertamente, se pronunciavam em favor de “uma reforma da Previdência”. Não conseguiram organizar uma

- vanguarda operária que pudesse encabeçar a disposição generalizada das massas contra a reforma de Bolsonaro;
- 5) A greve, mesmo que parcial, mostrou disposição de luta dos trabalhadores. O descontentamento é generalizado nas fábricas e em outros locais de trabalho. A defesa da paralisação não encontrou resistência entre os explorados. O partido pôde vivenciar essa experiência no momento da divulgação do Boletim Nossa Classe, nas portas das fábricas. A traição da burocracia sindical, certamente, não vai quebrar essa tendência de luta contra a reforma. Daí o papel fundamental do partido e da vanguarda classista em responder prontamente à traição dos burocratas e impulsionar a ação direta para derrubar a reforma da Previdência;
 - 6) A consigna de “Lula Livre”, nas manifestações, compareceu como distracionista e serviu para ocultar o papel traidor das burocracias sindicais. Expressou a defesa da democracia burguesa, e servia de canal para abafar a tarefa fundamental do momento, que é a de enterrar a reforma da Previdência. As bandeiras de “Fora Bolsonaro” e “eleições gerais” foram usadas para esquerdizar o “Lula Livre”. A presença da política eleitoral, quando os explorados estavam em choque com o governo e a burguesia em torno à reforma da Previdência, expressou a ascendência do nacional-reformismo sobre uma parcela das massas, principalmente de uma camada da classe média. Essa ascendência mostrou ser um fator de peso na limitação e contenção da greve geral;
 - 6) Foi um acerto do POR em divulgar e intervir, no início de junho, na plenária das centrais, com a declaração combatendo a política de emendas ao projeto de Bolsonaro e ressaltando a importância de uma poderosa greve geral. Como foi também acertada a apresentação da resolução contra as emendas nas reuniões da Apeoesp e na Assembleia da USP, o que obrigou correntes vinculados ao PSOL e ao PT se colocarem contra a resolução;
 - 7) A construção dos comitês de luta, que serviam para impulsionar a greve geral, foi limitada. Onde foram constituídos, a presença dos sindicatos operários foi extremamente reduzida. As atividades se concentraram em torno do abaixo-assinado e de panfletagens nas estações de trem. A existência de comitês classistas é um instrumento de pressão às burocracias traidoras. Fato que não se potenciou em função da política reformista das correntes.

Conclusões

- 1) Houve a greve geral, apesar da sabotagem e traição das burocracias sindicais;
- 2) Ocorreram manifestações de rua por todo o país. Isso obri-

Plenária Greve Geral-SP

- gou a burguesia e seus meios de comunicação a reconhecerem as paralisações e a dizerem que “não foi o que as centrais esperavam”. As manifestações, bloqueios e marchas deram a fisionomia da greve geral. Expressaram a vontade dos explorados de paralisarem. Aqueles que não paralisaram não significa que estão em favor da reforma de Bolsonaro, ou de outra que possa ser acordada no Congresso Nacional. Não paralisaram em função do papel traidor dos burocratas sindicais;
- 3) A classe operária não sai espontaneamente para uma greve geral. A greve geral implica organização, que inicia com assembleias e comitês e caminha para as ações coletivas de ruas. A greve geral é uma greve política contra a burguesia e seu governo. Essa preparação e organização das bases não ocorreu;
 - 4) A CUT está sob a política do PT, de respeito à democracia burguesa, que inclui suas instituições. A maioria dos governadores petistas é favorável à reforma da Previdência. A diferença com a de Bolsonaro está no método autoritário de fazer uma reforma sem ouvir as centrais, parlamentares, etc. Pretendem abrandar uma ou outra medida exigida pelo capital financeiro, a exemplo do tempo de contribuição para o recebimento dos proventos integrais. Uma luta consequente contra a reforma da Previdência implica enfrentar e derrubar o governo Bolsonaro. Essa não é a política dos reformistas, apegados à institucionalidade burguesa;
 - 5) A greve geral foi combatida pelas igrejas evangélicas, por meio do chavão “Deixe o homem governar”. Era uma greve contra um governo que acabava de ser eleito. Isso significava enfrentar essa poderosa força religiosa que atua sobre as massas mais empobrecidas;
 - 6) Diante de todos esses problemas, o fato de a greve geral ter saído foi de grande importância. Expôs a tarefa imprescindível, que é a luta pela independência política e organizativa da classe operária diante da política burguesa. Tarefa essa que cabe ao partido potenciá-la, por meio da penetração do programa revolucionário no seio do proletariado;
 - 7) Está claro que a burocracia das centrais não tem interesse em convocar uma nova greve geral. Vai se apoiar no relatório da Comissão Especial, cujas emendas estão sendo propagandeadas como uma conquista da oposição. É necessário denunciar essa conduta conciliadora e trabalhar para a continuidade do movimento. A greve geral, ainda que parcial, expressou o descontentamento da maioria contra a reforma da Previdência. Serve de base para reorganizar o movimento nacional pela derrubada total da reforma de Bolsonaro, Guedes, Maia, Alcolumbre, Samuel Moreira e Congresso Nacional.

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



Ceará**Ato massivo em Fortaleza**

A greve geral, no Ceará, teve boa adesão, e contou com atos em pelo menos 57 cidades. Em Madalena e Canindé, houve bloqueio da BR 020 e, em Barro, bloqueio parcial da BR 116. Em Quiterianópolis, uma área da mineradora anglo-chinesa Globest foi ocupada por 150 famílias do MST. Houve ocupação de agência do INSS, em Crateús, e uma agência da Caixa Econômica, em Limoeiro do Norte. Em Fortaleza, a manifestação contou com 100 mil pessoas, segundo a CUT. Pela manhã, houve bloqueio do cruzamento das avenidas 13 de maio com Universidade, organizado por estudantes da UFC, e piquetes estiveram voltados aos ônibus que circulavam. O comércio no centro ficou fechado parte do dia. A manifestação convocada pelas centrais (CUT, CTB, Conlutas, Intersindical, etc.) e Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo contou inúmeras categorias, entre as quais trabalhadores rurais, urbanos, sem-tetos, comerciários, bancários, trabalhadores dos correios, rodoviários, professores, funcionalismo público, estudantes universitários e secundaristas. Camponeses do MST estiveram presentes, tal como representações de várias cidades do interior. A adesão de algumas categorias operárias (petroleiros, construção civil, metalúrgicos, etc.) foi pequena; em outras, a exemplo dos têxteis, não ocorreu. No principal centro industrial do estado, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, houve ato político da CUT no Porto do Pecém sem, contudo, paralisar suas atividades.

A manifestação no centro de Fortaleza se concentrou na Praça da Bandeira, e seguiu em marcha pelas ruas, até a Praça do Ferreira. As centrais, sindicatos, movimentos se colocaram pelas bandeiras de “Lula Livre”, “Fora Bolsonaro” e “Em defesa das aposentadorias”.



Apesar da grande disposição de luta, demonstrada por inúmeros setores dos explorados, a greve geral esteve sob a política do reformismo de pressão parlamentar, com o claro objetivo de acompanhar o calendário das votações no Congresso. A fala de parlamentares petistas, presentes no ato, indicava claramente a importância da greve como instrumento de pressão sobre os deputados para derrotar o parecer do relator ainda na Comissão Especial, ou seja, tratava-se, não de organizar uma greve geral ativa e ofensiva, de confronto com os capitalistas, mas de canalizar a força e revolta das massas para a pressão sobre a Câmara de Deputados. Não faltaram as correntes mais à esquerda no espectro do reformismo que, embora levantando bandeira de “greve geral por tempo indeterminado”, defendiam o “Fora Bolsonaro” e “Eleições Gerais já!” com Lula candidato. De um lado a outro, prevaleceu a estratégia democratizante de encontrar uma solução para a crise do regime político nos marcos da democracia burguesa.

O POR mobilizou em terminais de ônibus, porta de fábrica, escolas e universidade, chamando os explorados a greve geral. Atuou na manifestação com uma coluna com seus simpatizantes, agitando palavras de ordem, bandeiras, faixas, distribuindo um manifesto, e intervindo em carros de som. Defendeu que a derrubada da reforma da Previdência não será possível pela via parlamentar, mas só através da ação direta; denunciou as emendas e a perspectiva da oposição de negociar a PEC. A crise econômica e o levante dos explorados vão criando as condições favoráveis para a penetração do programa. É urgente dar um salto na luta pela superação da crise de direção revolucionária, potenciando a construção do partido operário revolucionário.

Pernambuco**Muita disposição de luta**

O dia de greve geral se iniciou com bloqueios em várias rodovias no estado, organizados pelo MST e movimentos por moradia. Nas garagens da Região Metropolitana do Recife (RMR), a oposição dos rodoviários (CSP-Conlutas) realizou piquetes, que pararam cerca de 400 ônibus da Caxangá, Vera Cruz e Itamaracá. Posteriormente, houve bloqueio da oposição no centro do Recife. A postura da direção do sindicato forcionista foi criminosa. Alegando que a greve atrapalharia a campanha sindical, não realizou assembleias. Na garagem da Borborema, durante a distribuição do Nossa Classe, ou os trabalhadores manifestavam desconhecimento sobre a greve geral, ou o desejo de parar,

mas a inviabilidade de o fazer de forma individualizada.

Os metroviários (dirigidos pelo PSOL, PCdoB e independentes) aprovaram a adesão à greve, mas a justiça determinou o funcionamento nos horários de pico, e cargos comissionados assumiram a condução por conta da paralisação total dos maquinistas. A manobra da empresa é conhecida, o que exige que o movimento organize piquetes que impeçam os fura-greves. As estações dos Veículos Leves sobre Trilhos de Cajueiro-Cabo e Cajueiro-Curado ficaram fechadas o dia todo, e as outras funcionaram com horário reduzido.

Na refinaria Abreu e Lima, houve ato do Sindipetro/CUT)

e SIntepav/FS (construção pesada), e 100% dos trabalhadores do primeiro turno pararam, 80% do setor administrativo e 70% dos terceirizados. Metade dos urbanitários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Compesa (água) e Celpe (energia elétrica) aderiram à greve geral. Os bancários (CUT) fecharam 19 agências na RMR, e realizaram um ato da categoria na Avenida Conde da Boa Vista, de onde partiram para o ato unificado. Denunciaram que a capitalização só é boa para os banqueiros. No ato, petroleiros, urbanitários, bancários e metroviários também chamavam a atenção para a luta contra as privatizações.

As assembleias de várias categorias decidiram pela adesão à greve, mas muitas foram superestruturais, sem chegar de fato às fábricas. Apesar disso, notava-se a diferença na composição social do ato, com mais operários e camadas empobrecidas das classes médias.

As assembleias de várias categorias decidiram pela adesão à greve, mas muitas foram superestruturais, sem chegar de fato às fábricas. Apesar disso, notava-se a diferença na composição social do ato, com mais operários e camadas empobrecidas das classes médias. Aderiram, além das categorias já comentadas, metalúrgicos, químicos, portuários, trabalhadores rurais, agricultores familiares, professores e servidores da educação em todos os níveis, da saúde, da Justiça Federal, enfermeiros, vigilantes, servidores públicos federais, estaduais e municipais. A presença dos estudantes não foi tão significativa, mostrando a separação da pauta em defesa da educação e a contra a reforma da Previdência. A plenárias preparatórias ocorreram com grande participação de entidades, mas com as decisões mais importantes já definidas apenas entre as centrais.

O MST e outros movimentos por terra e moradia organizaram bloqueios de rodovia na BR-232, em Jaboatão, São Caetano, Gravatá e Pesqueira, e na BR-101, em Goiana, Igarassu. Em outros municípios, foram fechadas as rodovias BR-104, em Caruaru e Agrestina, PE-71 e PE-21. Houve atos em várias cidades do interior, como Garanhuns, Caruaru, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada, Araripina, Goiana e Surubim. O MTST fez barricadas no centro do Recife. Pela tarde, houve um ato unificado, convocado pelas centrais. Os organizadores divulgaram que 130 mil pessoas participaram. A concentração foi na Avenida Guararapes e a marcha seguiu em direção ao Derby.

Nos discursos, os sindicalistas se colocaram contra negociar a reforma. Até o deputado Carlos Veras (PT), ex-presidente da CUT-PE, que integra a comissão especial que analisa a reforma da Previdência no Congresso Nacional, afirmou que “Nossa luta é para derrubar, não vamos negociar direitos, direitos não se negociam, se ampliam”, apostando que a greve fará a pres-

Greve Geral - Atos e manifestações nos Estados

são para os parlamentares não votarem a reforma. No entanto, alimentam esperança em modificação, ao dizer que “a proposta já mudou muito, depois das manifestações do dia 15 e 30, mas ainda é muito pouco”. O presidente do Sindicato dos Correios comemorou a “flexibilização” da proposta do relator, mas diz que “ainda tem alguns ajustes, e dá para avançar mais”. O Sindicato dos Vigilantes/CUT defendeu a Emenda 147, que garante a manutenção da aposentadoria especial da categoria. Uma atuação corporativa vergonhosa em meio à greve geral.

O POR atuou com a banca na concentração, panfletagem e, na marcha, compareceu com bandeira, faixa e agitação com

megafone. Realizamos três falas, uma no carro das centrais, outra no carro do Sindprevs, e outra no carro da CSP-Conlutas. Em todas elas, a ênfase foi na necessidade de derrubar e enterrar a reforma da Previdência, mostrar que qualquer negociação

levará à perda de direitos. Indicamos que é necessário já preparar a continuidade do movimento, criando e fortalecendo os comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia, convocando as assembleias democráticas, e preparando uma nova greve geral por tempo indeterminado. Por fim, mostramos que é preciso derrubar não apenas a reforma e Bolsonaro, mas a burguesia que impulsiona o ataque às nossas vidas, empregos e direitos. Por isso, devemos avançar em uma verdadeira revolução socialista, um governo operário e camponês.

Assembleia dos Metroviários de Recife

No dia 10 de junho, ocorreu assembleia dos metroviários de Recife, com pauta única, adesão à greve geral do dia 14 de junho. Os informes dados foram sobre o processo de privatização da CBTU e redução dos guardas armados do metrô. Durante a assembleia, foram dados os informes da adesão à greve geral pela categoria, em Maceió e Minas Gerais, o que entusiasmava os presentes.

A direção atual do sindicato está com a campanha: “Metrô não é mercadoria! Contra o sucateamento! Não à privatização! Contra a Reforma da Previdência!” Defendeu a greve geral, apontando como termômetro na luta contra os ataques dos governos, e unidade de todas as categorias, e que, dentre as consequências da reforma da Previdência, também afetará o SUS, com o dinheiro que saía da Previdência para os banqueiros. Concluíram afirmando a necessidade dos metroviários se somarem à luta.

Estiveram presentes as Centrais Sindicais: CSP-Conlutas, CUT e CTB, e alguns partidos: PSTU, PSOL, PCdoB e POR.

A Conlutas analisou que há disposição de luta, que a conjuntura mudou para melhor, após o dia 15 de maio, por isso a



greve geral do dia 14 seria um grande dia de luta para todo o transporte, apontando a necessidade de parar também o transporte rodoviário. A CUT defendeu que a semana da greve geral era uma semana de luta contra o “pacotão” do Bolsonaro. Apontou que o golpe de 2016 foi para acabar os direitos sociais. E concluiu defendendo uma greve geral maior que a de 2017. Para além dos discursos, porém, a CUT não convocou nas portas de fábrica a greve geral do dia 14 de junho. A CTB defendeu que a luta é justa, pelo direito de se aposentar, e a necessidade de fortalecer a greve geral, com a unidade das centrais.

O PSTU se colocou contra a negociação de pontos da reforma; o PSOL chamou de criminosa a reforma. Um deputado do PCdoB (ex-prefeito do Recife, pelo PT), levantou o histórico da primeira greve de metroviários ter ocorrido em Recife. Concluiu dizendo: “*não podemos confiar em ninguém, só nas nossas forças. Se o congresso não faz, o trabalhador tem que fazer*”.

Rio Grande do Norte

Marchas, atos e bloqueios marcaram o 14 de junho



Na grande Natal, paralisaram categorias do funcionalismo público, petroleiros, além da paralisação parcial dos trabalhadores rodoviários. Operários fabris e demais assalariados do setor de serviços e comércio não paralisaram.

Pela manhã, o MST organizou bloqueios em vários pontos nas rodovias do estado. Em Ceará-Mirim, MST organizou bloqueio em frente ao IFRN. A CUT também organizou um bloqueio na rotatória de Extremoz, local de grande fluxo de pessoas que se dirigem das cidades circunvizinhas rumo à Natal, além de que é o acesso a um corredor fabril, onde está instalada a fábrica da Guararapes. Mas, o piquete logo foi reprimido pela PM, e dispersado com uso de spray de pimenta. Notou-se o silêncio da governadora Fátima (PT) diante da repressão aos militantes de seu próprio partido.

A não adesão dos trabalhadores do setor privado, aliado à paralisação apenas parcial dos rodoviários, e os bloqueios ineficazes da CUT e MST, acabou por não alcançar que a greve geral conseguisse interromper efetivamente a produção, o comércio e os serviços. Contribuiu para isso o caráter burocrático e ultra sigiloso das atividades de greve geral organizadas pela CUT, o que impede a organização dos setores combativos para engrossar as ações de piquetes e mobilização. Percebe-se a indisposição das direções em irem às últimas consequências nos

O POR participou, desde o chamado à panfletagem no metrô (como parte da campanha de construção da greve pelo sindicato), no dia 03/06, e, na assembleia, atuou com banca de materiais e fala. Saudamos a assembleia dos metroviários, apontando a importância da continuidade da luta, iniciada nos dias 15 e 30 de maio, que há disposição de luta, e é importante fortalecer os instrumentos próprios da classe operária para barrar a reforma da Previdência, que serve para aumentar a opressão do capitalismo sobre a maioria. A aposentadoria só assim pode ser defendida, com os métodos de luta da classe operária. É importante fortalecer a unidade do movimento, atuar nos comitês dos locais de trabalho, estudo e moradia, pela construção da greve geral por tempo indeterminado, até barrar a reforma. Que o dia 14 de junho seja início dessa luta. Nenhuma ilusão no parlamento burguês! Não aceitar nenhum ponto da reforma, que servirá para trabalharmos até morrer!



métodos de greve geral.

Na parte da manhã, em Ceará-Mirim, o POR, junto ao PT, PCdoB, PSOL, e demais partidos e organizações que compõem a Frente Municipal em Defesa da Previdência e das Liberdades Democráticas, também fez trabalho de base na comunidade do Formigueiro, que sofre com problemas de habitação, e realizou um ato, unindo a pauta geral da Previdência com as pautas específicas imediatas da comunidade, que seguiu em caminhada pelo centro da cidade até à prefeitura, onde arrancou audiência com o prefeito. Em seguida, organizou-se ônibus para o deslocamento dos manifestantes para o ato da tarde, em Natal.

A manifestação em Natal, que iniciou por volta das 16h, repetiu o trajeto do ato anterior, do Midway para a Árvore de Mirassol, e contou com uma quantidade de pessoas próxima à do ato do dia 30 de maio (cerca de 25 mil pessoas). O ato foi dirigido pelas Centrais (CUT, CTB, Intersindical, CSP Conlutas), que acordaram novamente com a polícia que o ato caminhasse apenas por uma das mãos da Avenida Salgado Filho.

O POR atuou no ato em Natal com bandeiras e cartazes. Compôs um bloco junto a professores e estudantes, e integrou também o bloco do Comitê Unificado UFRN, chamando palavras de ordem pela greve geral, paralisação da produção e em defesa da Previdência e educação.

Paraíba

Grande adesão dos trabalhadores e juventude

Na capital paraibana, a greve geral iniciou por volta das 4h da manhã com piquetes nas principais avenidas da cidade, no centro, nas empresas de ônibus Transnacional e São Jorge, além da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), paralisando a circulação do transporte coletivo.

Na assembleia dos professores da UFPB, realizada no dia anterior (13/06), houve discussão sobre fechamento ou não dos portões da universidade. A maioria dos professores votou contra o encaminhamento; como justificativa, alegaram que os piquetes, que iriam se realizar nas principais avenidas que davam acesso à instituição, seriam suficientes para barrar qualquer tentativa de funcionamento.

A greve geral teve a adesão de várias categorias, muitas das quais deliberaram pela paralisação em assembleias. Dentre as categorias, estavam: bancários, professores, metalúrgicos, portuários, metroviários, motoristas,

cobreadores, caminhoneiros, trabalhadores da educação, da saúde, servidores públicos federais, estaduais e municipais, entre outras.

A culminância deu-se no ato público, às 15h, no centro de João Pessoa, onde houve falas dos movimentos sociais, estudantis, representações partidárias, etc. e, logo após, saiu em marcha pelo centro, fazendo, entretanto, um pequeno trajeto.

Os simpatizantes do POR atuaram durante toda a paralisação nos piquetes e no ato em João Pessoa, com distribuição do Manifesto com a bandeira de "Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes".

Rondônia e Amazonas

Disposição de luta dos trabalhadores e pouco empenho das burocracias sindicais

Embora com mais entidades organizando as ações da greve geral, tanto em um estado quanto no outro, verificou-se uma menor atuação de trabalhadores e estudantes que nas manifestações anteriores.

Em Porto Velho, a greve geral foi organizada por um fórum (CUT, CTB, sindicatos da educação, bancários, urbanitários, movimentos que atuam na UNIR, partidos e movimentos sociais). Apesar desse conjunto de entidades, o ato foi menor que o do dia 15 de maio, o que mostra que não houve um empenho das direções em convocar as assembleias, chamar as reuniões e organizar verdadeiramente uma grande manifestação na cidade. Aliás, a burocracia das centrais só aparece em momentos como esse, em que há atividades nacionais, mas não fazem um trabalho anterior de mobilização.

A concentração, como nos atos anteriores, ocorreu na Praça das Caixas D'água. A maioria dos participantes estava ligada a estudantes e professores da UNIR, IFRO e das escolas estaduais e municipais. Houve também de trabalhadores da Fiocruz,

da justiça federal, e de movimentos de camponeses, como a Fetagro e o MAB.

Como em outras cidades, houve no começo da manhã a queima de pneus na rodovia federal, mas a polícia federal interveio logo. Chegou a prender três estudantes, que depois foram soltos. Em cidades que possuem campus da UNIR, como Ariquemes e Ji-Paraná, houve atividades com algumas centenas de manifestantes. Em Porto Velho, o ato deve ter contado com cerca de 2 mil pessoas.

No Amazonas, sem a greve da rede estadual de ensino, como ocorrera em 15 de maio, a greve já contou com menos entidades atuantes nas cidades do interior do estado.

Tanto em Manaus, quanto em cidades do interior, o movimento foi iniciado pela manhã, pela rede federal de ensino (UFAM e IFAM). Houve fechamento de portões no campus de Manaus da UFAM, assim como paralisação nas demais unidades do interior.

Houve uma passeata à tarde pelo centro de Manaus (da Praça da Saudade até a Praça do Congresso), que contou com um conjunto de entidades, como a direção regional da UNE, direção regional da FUP (petroleiros), direção dos bancários de Manaus. A paralisação, no entanto, não foi estadual, porque os bancos, por exemplo, funcionaram por todo o interior. As passeatas pelas cidades do interior também foram menores. A juventude que participou antes não compreendeu a importância da greve geral e da luta contra a Previdência, porque não houve uma poderosa campanha para mobilizar desde o dia 15 de maio.

Intervenção do POR

Em Porto Velho e Humaitá, foram divulgados os manifes-

tos e feita a colagem do material contra a Reforma da Previdência. Entrevistamos durante os atos, por meio dos materiais e das falas, mostrando a necessidade de derrubar a proposta de Reforma, e não somente rejeitar os pontos considerados mais “nefastos”. Expressamos claramente que a Reforma é uma necessidade dos capitalistas e não da maioria da popu-

lação, e a necessidade de derrubar a PEC por meio da ação direta, e não das negociatas do parlamento. Sem uma fração revolucionária nos principais movimentos e entidades que atuam, a política que predomina é a da desmobilização, da desorganização, da não mobilização regular. Atuamos para construir essa fração.

Paraná

Mantém-se a tendência à mobilização

No Paraná, assim como em outros estados do país, a greve geral foi parcial. Nas diversas cidades paranaenses, aconteceram concentrações, atos e passeatas, que expressavam as reivindicações dos trabalhadores em luta. Paralisaram as universidades, bancos, funcionários de várias prefeituras, algumas escolas estaduais e estudantes. A adesão à greve foi desigual, mas as concentrações e passeatas repetiram o clima combativo das manifestações de 29 de abril, 15 e 30 de maio.

Um passo importante que vem se verificando em várias cidades, é a constituição de coordenações de sindicatos – com diversas denominações – que organizam a intervenção dos sindicatos, partidos e movimentos. Em Londrina, por exemplo, o coletivo de sindicatos funciona desde a greve geral de 2017. Em algumas cidades, a estas coordenações sindicais se somam também o movimento estudantil. Contudo, predomina até agora a ausência da classe operária e intervenção dos sindicatos operários. Trata-se do setor mais controlado pelas burocracias sindicais.

Em algumas cidades como Foz do Iguaçu, os manifestantes sofreram a violência e repressão policial, mas, em geral, as manifestações não foram reprimidas abertamente, a não ser pela ameaça de corte de salários aos funcionários públicos que par-



ticipassem da greve.

O que ressalta é a continuidade da tendência à ocupação das ruas em todo o estado. Está colocado à vanguarda e organismos avançarem na unificação em torno de bandeiras das massas, isto é, derrotar os ataques do governo, superando as limitações reformistas e burocráticas, bem como o parasitismo eleitoreiro, que também provoca atritos. Particularmente, se percebe uma rejeição por parte da juventude à utilização das manifestações para fins eleitoreiros, o que levou, em alguns lugares, a promoverem atos em separado.

Litoral Norte de São Paulo

Burocracia sindical não trabalhou pela vitória da greve

A greve na região foi organizada pelo Comitê Resistência, formado pela Apeoesp, Sindipetro, Sindicato dos servidores de São Sebastião, Fórum dos Sindicatos, Movimentos Sociais do Litoral Norte e professores da Rede Municipal de Caraguatatuba. A atuação do Comitê, criado no final de 2018, foi fundamental para erguer o movimento. Com reuniões periódicas, o Comitê pôde organizar sistematicamente os trabalhos para elaboração dos boletins, divisão das equipes para os comandos nos locais de trabalho, organização de atos regionais, de panfletagem nas portas das escolas e na Balsa que faz a travessia entre as cidades de São Sebastião e Ilhabela. Os burocratas da direção majoritária da Apeoesp, em diversos momentos, tentaram quebrar a sistematização dos trabalhos de mobilização, mas foram arrastados pelos militantes poristas e pela base que se formou no comitê, mostrando sua disposição na luta contra a reforma.

Na região, a maioria dos sindicatos furou a greve. Muitos se negaram, inclusive, a chamar uma assembleia para ao menos discutir a reforma da Previdência e a paralisação. Destaque para o Sindicato dos Condutores, conhecido pelo seu caráter pelego e patronal e os Sindicatos Portuários (Estivadores, Arrumadores e Conferentes), que participaram da greve geral

de 2017 e, este ano, ainda não se somaram às lutas.

O ato em São Sebastião iniciou pela manhã no Terminal da Petrobrás, que fica às margens da Rodovia Rio/Santos, com operários do terminal, professores de Caraguatatuba e São Sebastião, servidores públicos. Pela primeira vez, os caiçaras, organizados no Coletivo Caiçara participaram de um ato público com outras categorias, conforme colocou um dos integrantes do coletivo. O ato atingiu seu ponto alto quando uma militante do POR chamou os trabalhadores a saírem da calçada, e ocuparem uma faixa da rodovia. A partir deste momento, com a rodovia ocupada, os trabalhadores de diferentes categorias tomaram as falas para repudiar a reforma da Previdência, e evidenciaram o seu caráter de classe.

A militância porista interveio no ato se colocando pela derubada do projeto, enfatizando que não devemos aceitar nenhuma emenda. Colocou a importância de não caírem no jogo da pressão parlamentar, que a reforma só poderá vir abaixo pelas mãos dos oprimidos, pelo método da ação direta. Falou da necessidade de se erguer uma greve geral por tempo indeterminado, e defendeu o socialismo por meio da revolução proletária.

O ato partiu em caminhada pela rodovia Rio Santos com as

seguintes palavras de ordem: “trabalhador, preste atenção, essa reforma é do patrão”, “marcha, piquete, greve geral, ninguém tira do povo a previdência social”, “unificou, é o estudante, o operário, o caixeiro e o professor”. Os lutadores pararam próximo à Secretaria de Educação, para denunciar as condições de sucateamento das escolas municipais. Em seguida, o ato parou na Prefeitura Municipal, onde os servidores denunciaram a miséria salarial e o reajuste miserável de 5% dado pelo prefeito da cidade, a reivindicação dos servidores era um reajuste de 25%, levando em conta a defasagem dos anos anteriores. Os trabalhadores da Fundação de Saúde denunciaram a diferenciação salarial que sofrem em relação aos demais servidores. Os professores contratados denunciaram a política de processo seletivo e defenderam a estabilidade no emprego. O ato finalizou em frente ao prédio do INSS de São Sebastião, convocando para o ato em Ubatuba.

Ubatuba

Em Ubatuba, a concentração se deu na Praça BIP. O ato foi organizado pelos movimentos populares, comitês de luta

USP

Assembleia dos estudantes da USP: direção do DCE/PT se coloca contra resolução que se opõe à política de emendas à reforma da Previdência

Em 11 de junho, ocorreu a III assembleia geral dos estudantes da USP, cuja pauta foi a Greve Geral. Esta assembleia não foi convocada pela direção do DCE/PT, nem pela maioria dos centros acadêmicos. O DCE alterou duas vezes o local de realização da assembleia, sendo que, uma delas, se deu com apenas algumas horas antes de seu início. Consequentemente, muito embora pautasse a greve geral, numa situação de grande disposição de luta dos estudantes, a assembleia foi bastante esvaziada. Nela, foram aprovadas a paralisação dos estudantes, o trancamento do portão principal de acesso a universidade, um ato pela manhã, que fechasse um dos principais entroncamentos da região, e a incorporação ao ato na Av. Paulista. Não foram aprovadas a incorporação ao piquete na fábrica Procomp, organizado pelo Comitê da Lapa, e uma resolução: “Derrubar a reforma da Previdência”. Essa resolução é a mesma já apresentada e aprovada em algumas reuniões de representantes de escola da APEOESP. A saber: Lapa, Itaquera e Campo Limpo. Publicamo-la no Jornal Massas 588.

A seguir, destacaremos alguns elementos do processo de condução da mesa da assembleia ao redor dessa resolução. Mesa essa composta pelo PT. Além da resolução apresentada pelo POR, havia uma série de bandeiras apresentadas pelo PCO, com o conteúdo de “Fora Bolsonaro, Lula Livre e Eleições Gerais Já”. Inicialmente, a mesa desconheceu nossa resolução, e anunciou o encaminhamento para a votação apenas das bandeiras do PCO. Opusemo-nos e solicitamos o encaminhamento de uma proposta contra a outra, uma vez que sejam as bandeiras, seja a resolução, elas se referiam ao conteúdo dado à Greve Geral pelos estudantes da USP.

A mesa inicialmente se opôs, mas cedeu em favor da votação, mas em separado: primeiramente, se votaria a resolução, e depois as bandeiras. Uma manobra para não dividir aqueles que se opunham à resolução porista. Assim, ao passo que foi solicitada a presença dos defensores, a fração dos contrários (PT) se negou a defender contra a resolução. Nisso, a mesa negou o direito dos

Greve Geral - Atos e manifestações nos Estados

e partidos políticos. Apesar do apoio de muitas organizações, o ato foi pequeno. Os manifestantes deram a volta no trevo do pescador na rodovia Rio/Santos, e seguiram em direção ao calçadão comercial da cidade. Percebeu-se a ausência dos sindicatos, tirando alguns membros da oposição da Apeoesp. O ato se limitou a presença de professores, servidores municipais de Ubatuba, alunos e aposentados. Ficou evidente que não houve uma mobilização de comandos nos locais de trabalho para chamar os trabalhadores para a greve e para o protesto.

A despolitização faz com que o Movimento Feminista, principal organizador do ato, não consiga compreender as questões mais gerais dos oprimidos, assim, se limita ao corporativismo, de buscar compreender a opressão da mulher de maneira isolada dos problemas mais gerais, impostos ao conjunto dos demais, como o desemprego, a miserabilidade salarial, a fome, e a pobreza. O POR interveio falando da crise estrutural do capitalismo, mostrando como a burguesia imperialista saqueia as semicolônias e impõe suas reformas antinacionais e antipopulares retirando da garganta dos famintos a manutenção do seu lucro.

favoráveis à resolução de realizarem sua defesa, e anunciou a votação sumária. Sob protestos, a mesa recuou em sua manobra, e jogou para o plenário a responsabilidade de vetar uma defesa. Assim, encaminhou-se se os favoráveis à resolução teriam ou não o direito de fazer a defesa. Ganhou a proposta do PT, de veto.

Usamos do recurso da declaração de abstenção para denunciar a política autoritária e antidemocrática da direção do DCE. Na sequência, encaminhamos a anulação da votação. A mesa se negou, alegando que tal proposta não havia chagado à mesa durante as falas, como o solicitado previamente. Contra argumentamos que não seria possível encaminhar tal proposta com antecedência, uma vez seria impossível prever o curso tomado pela assembleia ao longo de sua realização. A mesa não pôde mais sustentar sua política antidemocrática, e acabou por ceder em favor à defesa da resolução.

Nesse momento, a fração dos contrários também recuou, e decidiu por fazer a defesa contra, mas impuseram que os favoráveis defendessem primeiro. No entanto, não acatamos, e exigimos o cumprimento da ordem democrática da defesa, em que são os contrários que defendem primeiro. Sem saída, o PT então iniciou sua defesa contrária à resolução.

O PT recorreu à unidade “costurada pelas centrais” como tábua de salvação. Segundo os petistas, não caberia à assembleia da USP modificar o conteúdo dado pelas centrais, pois, há um “consenso ao redor da defesa de uma Previdência social”. Concluiu, contraditoriamente, afirmando que encaminharia à mesa outra proposta para ser votada. Na rabeira do PT, falou o MRT, fazendo uso dos últimos segundos, para dizer que a resolução trazia temas que não haviam sido discutidos a fundo nos cursos, e por isso não haveria “acúmulo” para se pôr em votação.

Da nossa parte, defendemos que a resolução tinha por base a oposição integral a toda e qualquer proposta de reforma da Previdência. Que somos terminantemente contrários à proposta

de uma reforma da Previdência alternativa e à política de emendas. Que o movimento estudantil da USP deveria ir às ruas, sob a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”. Defendemos que aqueles que inicialmente se negaram a defender, e, agora, se colocam abertamente contra a resolução, o fazem porque são favoráveis às emendas, pois, das 277 apresentadas no Congresso, algumas são do PT, do PSol e do PCdoB. E, por fim, defendemos que não há a possibilidade de haver uma reforma que beneficiasse os trabalhadores e a juventude oprimida. Uma reforma da Previdência alternativa se diferenciaria em grau, mas não em sua essência de ataque à vida das massas.

À exceção do PSTU, todas as demais correntes se perfileram por detrás do PT, e votaram contra a resolução que apresentamos.

A política parlamentar e eleitoreira dessas correntes serviu, não apenas para negar o combate integral à reforma da Previdência, mas também para desviar a luta. É dessa maneira que todas as correntes apresentaram uma proposta de bandeira, totalizando 7, que nada diziam a respeito da reforma da Previdência. Dentre as diferenças, que orbitavam a inclusão ou não de “Fora Bolsonaro” ou “Fora Sergio Moro”, pode-se dividir em dois grandes blocos, os que eram a favor do “Lula Livre”, defendido por PT e consortes, e os que defendiam a manutenção da prisão de Lula, posição assumida por PSTU e TL. Estes últimos não se colocaram claramente, mas, ao contrário, encobriram sua verdadeira posição por detrás da defesa genérica da educação pública.

Opusemo-nos a essas bandeiras e, já na fala inicial da assembleia, pronunciamos-nos em favor a libertação de Lula, mas não sob uma política eleitoreira, mas entendendo que somente a classe operária pode julgar os crimes que ele cometeu. E, que, a estratégia revolucionária não orbitava ao redor de Lula ou não Lula como candidato, mas na defesa de um governo operário e camponês, erguido por meio da revolução proletária.

Fracasso do piquete na porta da Procomp

As 4h da manhã, estávamos em frente à Procomp, em cumprimento à deliberação do Comitê da Lapa, onde se reuniram o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, os químicos, a APEO-ESP da regional da Lapa e outros sindicatos e correntes políticas. Tivemos o informe que, terminado o piquete, o carro de som, levado pelos metalúrgicos de São Paulo, se destinaria ao trancaamento do portão da USP. No entanto, ninguém mais apareceu. No fim da tarde, já no ato das Centrais, soubemos que os dirigentes sindicais, arbitrariamente, alteraram o cronograma aprovado em reunião do Comitê, destacando outras fábricas, das quais não mais se incluía a Procomp.

Fracassado o piquete, nos direcionamos à porta de uma garagem de ônibus da empresa Gato Preto. Isso porque se enunciava nos jornais que os rodoviários realizaram assembleia na noite de quinta-feira, véspera da greve geral, e decidiram por não mais se incorporar. Anunciava-se também que em cada garagem seria realizada assembleia a partir das 5h da manhã, sendo que os ônibus sairiam a partir das 6h. No entanto, os trabalhadores nos informaram que não houve nenhuma assembleia naquele dia, e que a frota estava saindo normalmente, desde às 4h da madrugada.

Dia 14: Greve Geral na USP e a Repressão Policial

Às 5h30min da manhã, funcionários e estudantes estavam

reunidos para fechar o acesso do portão principal da universidade. O ato inicialmente contou com aproximadamente 400 pessoas. Dali, se destinaram ao entroncamento de vias importantes, dentre elas o acesso à Av. Rebouças e à Marginal Pinheiros. Aí chegando, a polícia rapidamente cercou os manifestantes, e um helicóptero foi destacado para o cerco aéreo. Um carro foi queimado próximo aos manifestantes, na região do bloqueio do entroncamento. Instantes antes, a força tática já se posicionava para a repressão, com escudos, bombas de gás lacrimogêneo e espingardas. A ação da polícia e a queima do carro coincidiram temporalmente. A manifestação foi dispersada, e 11 foram presos. Destes, um foi liberado pela polícia. Muito provavelmente, um infiltrado no movimento. Observa-se que as prisões não se deram somente no momento da manifestação. Os policiais passaram a rondar o perímetro, chegando a prender estudantes que retornavam para a universidade.

Os presos políticos foram inicialmente levados para delegacias de polícia e, posteriormente, encaminhados ao DEIC, em condição inafiançável. Os crimes imputados foram de formação de quadrilha, incêndio, depredação ao patrimônio, desacato e resistência à prisão. Os presos passaram a noite no DEIC e, na manhã seguinte, foram encaminhados ao Fórum Criminal da Barra Funda, onde se realizaria uma audiência de custódia. Para esse Fórum também foram encaminhados três rapazes presos na manifestação na Av. Paulista, acusados de tentar queimar um ônibus. Dois deles são estudantes da UNIFESP.

Totalizando 13 presos na capital paulista, os 10 da manifestação da USP que continuavam presos foram liberados. No entanto, prosseguirá o processo criminal.

Amorcrusp convoca uma plenária em defesa dos presos políticos

No mesmo dia das prisões, a Amorcrusp (Associação dos Moradores do Conjunto Residencial da USP) convocou uma plenária para organizar ações em favor da libertação dos presos, sendo dois deles moradores do CRUSP. Estiveram presentes aproximadamente 60 pessoas, a maioria eram moradores. Participaram também algumas correntes, como o POR e o PSTU.

Intervimos defendendo que a repressão que se deu na USP não era uma ação isolada, uma vez que a repressão havia se dado na região de São Bernardo, de Santo André, na Av. Paulista, no Rio Grande do Sul – que contou com 70 presos políticos. Que essa repressão expressava os interesses do capital financeiro na aprovação da reforma da Previdência, em detrimento das condições de vida dos trabalhadores e da juventude oprimida, em detrimento do direito de se aposentar. Os governos, na medida em que são defensores desses interesses, agem de modo repressivo contra as manifestações. Ressaltamos que a responsabilidade pela repressão é inteiramente do Estado. Finalizamos, defendendo que os presos políticos da USP eram parte de um movimento nacional de luta contra a reforma da Previdência, e, que, por isso, era necessário se colocar pela sua libertação como parte da luta mais geral.

Esta plenária tirou como resolução dois pontos: 1) um ato no dia seguinte em frente ao Fórum Criminal da Barra Funda – ato este que contou com dezenas de pessoas; 2) a formação de um Comitê contra a repressão.

Viva a greve geral! Morte à reforma da Previdência!

Aos operários, demais trabalhadores e juventude oprimida

Nossa greve deste dia 14 de junho tem um objetivo claro: DERRUBAR E ENTERRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO/GUEDES.

Não estamos em luta para que os deputados façam emendas ao projeto do governo. Não estamos em luta para que a oposição apresente um “projeto alternativo”. Não estamos em luta para apoiar a ideia burguesa de que “uma reforma da Previdência é necessária”.

Estamos, sim, em luta para que o Congresso Nacional não aprove nenhuma reforma da Previdência. Estamos em luta para derrotar a política dos capitalistas e de seu governo, de descarregar a crise econômica sobre os ombros da classe operária e da maioria oprimida. Estamos paralisando a produção, transporte, comércio, bancos, escolas, hospitais e repartições públicas para defender a vida dos explorados! Estamos paralisando o País para dizer aos banqueiros, aos industriais, aos agroindustriais e às multinacionais que não aceitamos mais pobreza e mais miséria. Dizer que não vamos nos sacrificar para sustentar a dívida pública, os desperdícios, as roubalheiras e o saque do Tesouro Nacional. Que os burgueses que nos exploram e que lucram, com o nosso trabalho e com nossos baixos salários, arquem com sua própria crise.

***Não estamos em luta para que os deputados façam emendas (...)
Não estamos em luta para que a oposição apresente um “projeto alternativo”. Estamos, sim, em luta para que o Congresso Nacional não aprove nenhuma reforma da Previdência.***

Os assalariados da indústria, transporte, agroindústria, comércio, bancos e das demais atividades não têm como criar déficit público; não têm como provocar desequilíbrio fiscal, recessão, desemprego e subemprego. Então, vêm o governo, os exploradores, os partidos patronais, os rádios e as televisões dizerem que nós, assalariados, temos de trabalhar e contribuir por mais tempo para aposentar. Querem que, com nossos salários miseráveis, passemos a contribuir por 40 anos. Querem que, com nosso trabalho desgastante, nos aposentemos com mais 65 anos. Querem que as mulheres trabalhem e contribuam por mais tempo. Dizem que vivemos mais, e que estamos aposentando com saúde e força para trabalhar e contribuir por mais tempo. Mas não dizem que passamos por desemprego e subemprego. Não querem nem saber se enfrentamos a terceirização, o trabalho intermitente e a contratação sem carteira assinada. Dizem que a reforma vai trazer justiça e acabar com os privilégios. Juram de pés juntos que, assim, os mais pobres vão ser beneficiados e protegidos. Quanta mentira o governo e capitalistas espalham, para convencer a população a aceitar o sacrifício passivamente. Se quisessem acabar com os privilégios de parlamentares, juízes, governantes, militares, burocratas e altos executivos, então, que ajustassem a conta apenas com essa casta de privilegiados.

Por que atacar os assalariados que ganham apenas para viver no dia-a-dia? Por que fazer com que trabalhem mais e contribuam por mais tempo? Por que acabar com o direito da mulher trabalhadora, que arca com a dupla jornada, com os salários menores e com o dever da maternidade? Os burgueses não podem, e não querem, acabar com os privilégios da casta que ganha altos salários, que exerce atividades parasitárias no Estado, que nada produz, que leva um vidão, e que se aposenta mais cedo, com elevados salários e com boa saúde. Essa casta não vai ser sacrificada. Vai ter de se ajustar ao teto geral da Previdência, mas pode muito bem recorrer à aposentadoria complementar. Essa casta tem patrimônio e dinheiro para passar a velhice em festas e viagens pelo mundo. Essa é a verdade! Somente os assalariados, que produzem ou servem à produção, vão ser sacrificados.

Operários e demais trabalhadores, não há um só pinga de justiça e igualdade na reforma da Previdência! Ao contrário, essa é uma reforma injusta e desigual. É bom se perguntar: por que os governos da burguesia jogam com a justiça e a igualdade? Porque, no capitalismo a exploração do trabalho torna o pobre mais pobre, e o rico mais rico. A justiça e igualdade para a burguesia é uma coisa, para a classe operária é outra. A

burguesia é exploradora; a classe operária é explorada. Para a burguesia, a justiça e a igualdade servem para enganar e melhor explorar a maioria. Para a classe operária, servem para lutar pela igualdade real entre todos. Igualdade que virá com o so-

cialismo; e o socialismo virá com a revolução proletária, com um governo da maioria explorada, que é o governo operário e camponês. No momento, a igualdade e a justiça quer dizer pôr abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e do Congresso Nacional.

O governo também mente ao povo quando responsabiliza a Previdência pelo déficit e desequilíbrio fiscal. O grande problema está na dívida pública de R\$ 5 trilhões, e nos juros anuais de R\$ 350 bilhões. Nenhuma economia atrasada, como é a do Brasil, suporta tamanha dívida e tamanhos juros. Para onde vão os R\$ 350 bilhões? Para os banqueiros, fundos de aplicação e grandes fortunas. Ganha-se dinheiro fácil, à custa do Tesouro Nacional, do Orçamento da União, e da economia produtiva. É com esses R\$ 5 trilhões que se criou um buraco sem fundo. É para sustentar os capitalistas parasitas que o governo impõe a reforma da Previdência, corta gastos com a saúde, educação e serviços assistenciais. É para pagar direitinho os saqueadores dos recursos nacionais que o governo avança as privatizações, entrega as bacias petrolíferas às multinacionais, privatiza rodovias, aeroportos, energia e água. É para proteger esses exploradores que se mantém um salário mínimo de miséria.

O ministro Paulo Guedes quer ir mais longe com a sua reforma da Previdência. Quer acabar com o sistema INSS e colo-

car em seu lugar o sistema de capitalização. Cada trabalhador fará uma poupança própria, que será usada no final da vida como aposentadoria. Milhões de contas individuais serão administradas pelos bancos, que vão usar os recursos dos trabalhadores para aplicar em títulos da dívida pública e empréstimos a juros altos. Assim, liquida-se o sistema de aposentadoria administrada pelo Estado. Os patrões não terão mais de recolher uma parte da Previdência de seus assalariados. No Congresso Nacional, os deputados e senadores estão negociando para deixar a capitalização para mais tarde, mas se pretende acabar com sua constitucionalidade. Assim, o próximo passo é votar a capitalização como lei, sem que se precise de quórum qualificado para ser aprovada. A jogada é aprovar o projeto com algumas alterações secundárias, e preparar o caminho para a capitalização. É uma canalhice! É uma violência contra a maioria oprimida!

Os canalhas do Congresso Nacional estão negociando a melhor forma de enganar o povo. Vemos que a oposição, principalmente, o PSB e PDT, por enquanto, estão metidos nesse embrulho da burguesia. O PT e PSOL também apresentaram emendas. Os trabalhadores devem exigir que retirem imediatamente, caso contrário vão participar do embrulho. As Centrais Sindicais precisam rejeitar a jogatina montada por Rodrigo Maia (DEM), Davi Alcolumbre (DEM) e Samuel Moreira (PSDB). Devem dizer: não queremos nenhuma reforma da Previdência. Devem denunciar: a reforma da Previdência serve apenas aos interesses da burguesia. Nossa luta é para

sepultar bem fundo a reforma de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional.

Os trabalhadores devem ainda ter claro que é preciso combater a reforma trabalhista e a terceirização de Temer e do Congresso Nacional. Já não suportamos tanto desemprego e subemprego. Não suportamos trabalhar um mês, e ficar sem trabalho no outro. Não aguentamos ficar esperando quando os patrões vão nos chamar para mais uma jornada temporária. Não aguentamos as empresas de terceirização que, para lucrar, tiram de nossos salários. Com as jornadas temporárias e o trabalho intermitente, não vamos conseguir aposentar, nem mesmo no sistema atual de Previdência. Que dirá, então, no novo sistema de Bolsonaro/Guedes! Nossa greve geral deve servir também à luta pelos empregos e salários! Deve servir para acabar com a reforma trabalhista e a terceirização.

Operários e demais trabalhadores, sabemos que um só dia de greve geral não enterra a reforma da Previdência. Mas, nos prepara para uma greve mais longa, mais ampla e unida. Devemos exigir das centrais, sindicatos e movimentos que, no dia seguinte, convoquem as assembleias e organizem os comitês de luta para continuar o movimento.

***Operários e demais trabalhadores,
vamos paralisar o País! Vamos ganhar as ruas!
Vamos aos bloqueios! Todos unidos
para derrubar e enterrar a reforma
anti-operária e antipopular de Bolsonaro!***

QUINZENA DE LUTA

Nota das centrais sobre a greve geral

No dia 17 de junho, as centrais se reuniram, na sede do Dieese, para fazer o balanço da greve geral de 14 de junho. Avaliaram como positiva a participação de milhares de trabalhadores nos atos e manifestações de rua. Dizem que o resultado é por conta da unidade de ação do movimento sindical. O próximo passo, segundo a nota das Centrais Sindicais, é entregar, aos presidentes da Câmara e do Senado, o abaixo-assinado contra a proposta da Reforma da Previdência do governo. Conclui dizendo que, *“Nossa prioridade será a definição, em reunião marcada para 24 de junho, das ações para ampliar a mobilização e a pressão*

contra a retirada de direitos da Previdência e da Seguridade Social”. Assinam essa carta a CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, FS, Intersindical (1 e 2), NCST e UGT.

Podemos notar que as Centrais desviarão o curso da luta das massas para o Congresso Nacional. Essa é a mesma política praticada pela burocracia após a greve geral de 28 de abril de 2017. O resultado foi a desmobilização dos trabalhadores e a aprovação da reforma trabalhista. Somente a utilização dos métodos de luta da classe operária é que poderá colocar abaixo a reforma da Previdência.

DEMISSÃO EM MASSA. AGORA É A TOYOTA

A Toyota anunciou o fechamento de 840 postos de trabalho, nas fábricas de Sorocaba e Porto Feliz, em São Paulo. Entre os demitidos, estão 740 contratados no ano passado para a abertura do terceiro turno, na unidade de automóveis, e 100 para a unidade de motores. Um mês antes, a montadora japonesa informou o corte de 340 trabalhadores temporários, e a abertura do PDV. Agora, aumentou o número de demitidos e o encerramento do terceiro turno, no início de agosto. A multinacional justifica o violento corte

alegando queda nas exportações.

Os capitalistas, diante da crise econômica, para preservarem seus lucros, destroem parte das forças produtivas. O fechamento da Ford, em São Bernardo, com a demissão de 3.500 operários, as demissões e redução salarial na GM, a imposição da reforma trabalhista e a terceirização e, agora, os cortes de postos de trabalho na Toyota mostram a ação centralizada dos capitalistas para se protegerem do baixo crescimento da economia. Essa ação centralizada, no entanto,

não é respondida unitariamente pelos sindicatos e centrais. A burocracia sindical trata as demissões como casos particulares (por empresa). Esse caminho tem levado à derrota dos operários.

É preciso dar um basta a essa política traidora das direções sindicais. Exigir a convocação de assembleia geral dos metalúrgicos, democrática, que rejeite o corporativismo, os acordos de demissão, e que se coloque por organizar a luta coletiva para enfrentar o plano patronal de destruição de postos de trabalho.

Sabó / Não ficar esperando o pior

A empresa brasileira de autopeças Sabó recorreu ao mecanismo de “recuperação judicial”. Pretende, assim, renegociar suas dívidas. A autopeças produz para as montadoras, GM, Ford, Mercedes e Volks. No passado, chegou a ter negócios no exterior, mas, com a crise econômica, perdeu para o grupo chinês ZhonDing. A Sabó conta duas

fábricas, uma na Lapa e outra em Mogi Mirim, ambas em São Paulo, que possuem uma enorme capacidade ociosa. Com a crise e a queda de fornecimentos, a autopeças reduziu, de 4 mil, para pouco mais de 1.000 trabalhadores. Agora, os capitalistas da Sabó, mediante a proteção judicial, pretendem renegociar suas dívidas.

Como se vê, o patronato demite e usa da Justiça para se livrar de parte das dívidas. Os operários ficam à mercê do jogo patronal. A burocracia do sindicato nada tem feito para organizar a luta contra as demissões. É preciso exigir que o sindicato saia da passividade e que convoque uma assembleia para aprovar o caminho da resistência.

Natura consolida-se como gigante monopolista no Brasil

A Natura, empresa brasileira fundada por Antônio Luiz da Cunha Seabra, em São Paulo (1969), que nasceu de forma modesta – com a proposta de oferecer uma cosmética natural a preço acessível – acaba de se tornar o 4º maior grupo do ramo de beleza no mundo, e monopolizar o mercado nacional, com a compra de 76% da antiga concorrente, Avon (anunciada em 22 de maio/2019). A operação de 3,7 bilhões de dólares (15 bilhões de reais) envolveu a troca de ações e financiamento, que será possibilitado mediante um crédito de US\$ 1,6 bilhões do Banco Bradesco S.A, Citigroup Global Markets Inc., e Itaú Unibanco S.A.

Tendo sempre investido alto na imagem de empresa sustentável e de grande “responsabilidade social”, com “visão de vanguarda”, como seus proprietários dizem, era esperado que a população, desde o consumidor até funcionários e consultoras, aplaudisse o “progresso” de uma empresa nacional. A Natura conseguiu angariar, especialmente nos últimos anos, com o ascenso das “pautas identitárias” e do reformismo no Brasil, uma legião de fãs entre os jovens e defensores da marca. O que poucos perceberam é que, contraditoriamente à sua fama, a companhia se potenciou explorando seus trabalhadores, e se valendo dos incentivos do Estado burguês.

Basta um olhar mais atento aos números, às notícias de ordem econômica e institucional, para perceber que se trata apenas de mais uma empresa monopolista, exploradora da força de trabalho. Um verdadeiro inimigo silencioso dos explorados, do pior tipo, que de “progressista” não tem nada. Suas campanhas, cheias de simbolismo, seus projetos ambientais e sociais, ganhadores de prêmios, são apenas máscaras do capitalismo monopolista e em decomposição.

Recife

Mais um ano de mortes por desabamento de terra. O Estado burguês deve ser responsabilizado!

No dia 13 de junho, fortes chuvas atingiram a RMR (Região Metropolitana do Recife). Havendo inundações, alagamentos e deslizamento de barreiras. Na cidade de Camaragibe (RMR), uma barreira deslizou sobre casas, no bairro dos Estados, destruindo duas famílias. Larissa Lafayette Ribeiro, de 20 anos, sobrevivente do deslizamento, agora lamenta a morte de seu marido Edvaldo Ferreira, de 23 anos, encontrado morto. Edilene da Conceição, de 30 anos, foi encontrada morta juntamente suas filhas, um bebê de 11 meses e uma menina de 3 anos, mais tarde encontraram o corpo de mais 3 de seus filhos. O poder municipal de Camaragibe se desresponsabiliza dos acontecimentos, hipocritamente lamenta o ocorrido, e tardiamente promete “ajuda”, através de secretarias a todas as populações em áreas de risco, com construção de muros, contenções de barreiras, e drenagens nessas áreas. Caracteriza o ocorrido como sendo uma fatalidade, resultante de uma revolta da natureza.

Em Jaboatão dos Guararapes (RMR), no bairro de Jardim Monte Verde, uma barreira soterrou uma família inteira, a jovem Maria Gabriela da Silva, de 17 anos, morreu. A prefeitura de Jaboatão também lamentou hipocritamente a morte da jovem, como se não tivesse responsabilidade nenhuma. A mídia local ainda tenta responsabilizar a mãe, expondo que a casa havia sido interditada em 2016, e que a mãe, ao alugar o imóvel em um local de risco, por R\$ 300, teria assumido riscos. Aqui se varre, para debaixo do tapete, a questão do direito à moradia. Individualizando o problema e desresponsabilizando a real classe culpada por todas essas tragédias. A burguesia e seu Estado.

A burguesia, em todo caso de desastres com as chuvas, utiliza seus instrumentos para culpar os explorados, que estão desempregados, ou recebem um salário que mal dá para se alimentar. A crise capitalista aumenta a barbárie de classe, e o risco de famílias inteiras (não importa se idosos ou crianças) serem soterradas não faz com que utilizem os prédios desocupados das grandes cidades; muito pelo contrário, quando os explorados ocupam, são violentados com a repressão policial, com mandatos de reintegração de posse. A promessa de construção dos muros para conter os deslizamentos, passa ano e entra ano, e não passa de falácias. O aumento do desemprego e aumento dos preços força os explorados a morarem nas ruas, ou se arriscarem a morar nos locais que podem pagar. Defender o direito à moradia é parte da defesa do salário mínimo vital, um salário que dê condições de suprir as condições mínimas para viver. Além disso, devemos exigir que o Estado se responsabilize em garantir que os bairros tenham estrutura para construção de casas, que não signifique a mortandade dos oprimidos.

Avança a tramitação do projeto de reforma da Previdência

Com a apresentação das alterações no projeto de Bolsonaro-Guedes, na Comissão Especial, o relator Samuel Moreira concluiu a primeira etapa do processo legislativo. Segundo sua avaliação, a economia será de R\$ 913,4 bilhões, cerca de R\$ 300 bilhões a menos que a proposta original de R\$ 1,2 trilhão. Não foi do gosto de Guedes, que estimou a cifra de R\$ 860 bilhões, portanto, muito abaixo de sua meta. Pela maneira ríspida como reagiu, dizendo que o Congresso Nacional pode abortar a “nova Previdência”, dá a entender que havia um acordo de um limite de mudança que estava sendo descumprido. A previsão era a de que se modificasse a fórmula do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Previdência rural e penduricalhos (abono, etc.). Poderia também mexer um pouquinho com a idade mínima para as mulheres, e na regra de transição, mas não ao ponto de reduzir muito a meta dos R\$ 1,2 trilhão.

Guedes revelou, em sua crítica, que deixou uma margem de R\$ 200 bilhões para os parlamentares manipularem. Não aprovou a inclusão de aumento de imposto sobre o CSLL dos bancos, que passaria de 15% a 20%, e a transferência do repasse do FAT do BNDES para a conta da Previdência. Com essas medidas, o relator chegou à meta de R\$ 913,4 bilhões. Além disso, condenou a alteração na regra de transição que, segundo ele, reduziria R\$ 100 bilhões. Mas, o seu maior descontentamento foi com a retirada do fundo de capitalização, que substituiria a Previdência por repartição. Essa era a jogada mais completa em favor dos banqueiros e dos credores da dívida pública. A exclusão da reforma da Previdência para os estados e municípios não foi preocupante. O próprio Samuel Moreira está confiante de que se encontrará uma solução para o “impasse”.

O atrito do ministro da Economia com o acordo da maioria dos partidos, que inclui parte da oposição, feriu os brios do

presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que enalteceu o trabalho do Congresso Nacional, apesar do governo ter se tornado uma “usina de crise”. Alessandro Molon (PSB), líder da oposição a Bolsonaro, indicado pelo PSB, PT, PSOL e Rede, depois de ser um tenaz crítico do projeto, reivindicou as alterações como uma contribuição e uma vitória da oposição. Segundo o jornalista João Domingos, o PSB “teve 90% de seus pedidos atendidos por Moreira.” Entre as emendas, está a que aumenta a alíquota do CSLL. Tem razão o jornalista ao afirmar que a participação criou um compromisso com a aprovação do projeto alterado. Caso contrário, a oposição teria de apresentar uma “emenda supressiva”, nos termos legislativos.

O álibi dos deputados da oposição, que pretendem votar a favor, é o de que, agora, o projeto já não é mais do governo, e sim do Congresso Nacional. Assim, foi qualificado por Rodrigo Maia, e assim seguirão os cínicos e hipócritas da oposição. É preciso aguardar para ver se a direção partidária irá fechar ou não questão de como votar, ou se vai liberar o voto, segundo cada um com sua “consciência”.

As bases políticas do PT, PCdoB e PSOL não podem tardar em exigir um posicionamento absolutamente claro. Com o projeto alterado nas mãos, os seus defensores dirão aos explorados que se tornou mais justo com os pobres. Já não aparecerá tão “cruel”, como denunciou, lá atrás, Molon. Essa nova farsa deve ser denunciada aos trabalhadores. A reforma da Previdência se volta contra os explorados, e atinge mais duramente os mais oprimidos.

A greve geral e as manifestações massivas do dia 14 de junho, por todo o País, devem ser retomadas, mais bem preparadas, mais fortes e mais poderosas para derrubar e enterrar a reforma de Bolsonaro/Guedes/Congresso Nacional.

MORO, DELLAGNOL E FUX, CONVERSAS DE BASTIDORES

A divulgação de conversas, pelo site The Intercept Brasil, entre o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, evidenciou aquilo que as pessoas bem informadas já sabiam. Os principais homens da Operação Lava Jato tinham um alvo privilegiado: condenar o ex-presidente Lula, e impedi-lo de se candidatar. O problema é que não tinham prova concreta. A solução era a de se apoiar nas delações premiadas, sem mesmo que pudessem ser comprovadas. Como prender um ex-presidente, que mantinha um expressivo apoio popular, por meio de um processo alicerçado inteiramente em denúncias verbais de um empresário da construção civil, que usou de fartos recursos para comprar favores dos governantes e lucrar com as obras públicas superfaturadas? Era preciso uma boa disposição, ousadia calculada e amparo de forças políticas poderosas. Por não se tratar apenas de Lula e de alguns dirigentes petistas, mas também de inúmeros parlamentares, parte deles muito influentes, a exemplo de Aécio Neves e Michel Temer, o método seletivo teria de ser usado sem deixar transparecer sua função de caça aos petistas.

A ultradireita, capaz de transformar um reformista im-

potente em comunista perigoso, estava e está entranhada na Operação Lava Jato, que se ergueu como um bom meio para erradicar o PT do poder do Estado. Não por acaso, a Lava Jato está profundamente implicada no movimento pela derrubada do governo de Dilma Rousseff, no golpe de Estado de 2016 e, finalmente, na prisão de Lula.

A exposição pública de Lula, por meio do Power Point, apresentado por Dallagnol, como chefe de quadrilha, indicou a sentença pré-estabelecida. A divulgação de conversas sigilosas entre Moro e Dallagnol pela Intercept dá visibilidade à relação conspirativa entre juiz, procurador e ministro do STF. Tal relação deve abranger outras figuras desses poderes do Estado. A condenação e prisão de Lula no caso triplex do Guarujá não se sustenta em nenhuma prova material. Mesmo assim, o TRF-4, de segunda instância, não apenas confirmou como ampliou a pena, revista há pouco pelo STJ, de 12 anos e 1 mês, para 8 anos e 10 meses. Não se comprovou que Lula houvesse montado uma quadrilha, no entanto, Dallagnol não sofreu nenhuma imputação por ter execrado sem provas o ex-presidente.

O grau de arbitrariedade do processo e prisão de Lula dá a

dimensão do conteúdo político da seletividade promovida pela Justiça Federal, Ministério Público Federal e Procuradoria-Geral da República. Evidenciado o comprometimento do juiz e do procurador, se iniciou a campanha de contra-informação, negando a veracidade dos diálogos. Acentua-se a ilegalidade da ação de “hackers”, que interceptaram conversas privadas e sigilosas, sem autorização judicial. O ex-juiz Moro e agora ministro da Justiça se diz vítima de ataques dos adversários da Lava Jato. Mais do que isso, procura inventar a historietta de que o ataque é contra as instituições democráticas. A manobra do governo Bolsonaro, que premiou Moro com o ministério da

Notas Nacionais

Justiça e da Segurança Pública, por sua vez, é a de varrer as revelações, e caçar os invasores de privacidade das autoridades.

Nada que façam os partidários da Operação Lava Jato e os bolsonaristas fascizantes apagar o fato de que, na sombra da Justiça Federal, do Ministério Público Federal e do STF, se desenvolveu parte da conspiração burguesa reacionária para extirpar o PT e descabeçá-lo, destruindo Lula como caudilho popular. O PT e Lula deverão ser superados pela própria experiência da classe operária e demais oprimidos com a política nacional-reformista burguesa, e não pela ação ditatorial dos seus adversários da ultradireita.

Pela imediata libertação de Lula

Por mais que Moro e Dallagnol afirmem que tiveram conversas normais, não têm como ocultar uma aliança política contra o PT e Lula. Está nos manuais de jurisprudência que o juiz e o promotor têm função distinta, de forma que um não pode confabular com o outro sobre um processo e condenação. Assim deveria funcionar a justiça burguesa. A noção de isenção, no entanto, é abstrata e impraticável em sua plenitude. O interesse do juiz e do promotor em um processo político, por mais disfarçado que esteja pela tese de crime comum, é determinado pelas forças sociais e pela movimentação dos poderes do Estado. Ninguém de sã consciência pode desvincular a derrubada do governo de Dilma Rousseff da prisão de Lula. Não pode desvinculá-la da enorme crise política, que se prolongou sob a ditadura civil de Temer. O mesmo diz respeito à cassação dos direitos eleitorais de Lula e a eleição de Bolsonaro.

Nota-se que a maior derrota do PT não foi a de ter perdido o poder por meio de um golpe de Estado, disfarçado de constitucionalidade, mas a de não ter conseguido livrar Lula da perseguição de Moro/Dallagnol, ambos expressões de um movimento antidemocrático e autoritário. As instituições como um todo, e, em particular, o Judiciário e a Procuradoria, foram os canais pelos quais se expressou o embate contra o PT, considerado um estorvo diante da necessidade de se tomarem medidas contundentes contra os explorados. Os governos do PT fizeram contrarreformas, mas não do tamanho das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro.

A recessão de 2015 e 2016 tornou urgente ao capital financeiro e aos monopólios uma mudança de governo. A burguesia não pôde esperar o fim do mandato petista, e promoveu sua remo-

ção pelo impeachment. Recorreu à figura jurídica da denominada “pedalada fiscal”. O Congresso Nacional e o Judiciário assumiram a via do golpe institucional. Depois do processo do “mensalão”, que decapitou importantes lideranças do PT, mas não alcançou Lula, veio o do petrolão, que serviu de instrumento político do impeachment. Moro e Dallagnol, pelo visto, circundados por Fux, puderam confabular, manobrar e agir em parceria, devido a essa circunstância política mais geral. É necessário acrescentar a pressão dos militares, que retomaram a iniciativa política mais abertamente. Quem não se lembra do ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, ameaçando o STF para não conceder habeas corpus a Lula, para que não pudesse concorrer às eleições? Os militares bolsonaristas, agora, fazem o mesmo para defender as sórdidas conspirações de Moro/Dallagnol.

O PT, PCdoB e PSOL fazem apologia do Estado de Direito. Denunciam a sua violação. Foi assim diante do golpe, e, agora, das revelações do Intercept. Ocorre que esse é o Estado de Direito de carne e osso, evidentemente putrefato. A burguesia oligárquica, submetida até a alma ao imperialismo, não tem com erigir outro Estado de Direito, a não ser esse, em que um juiz e um promotor dirigem um movimento de caça política ao PT, como se estivessem munidos das armas mais justas e limpas da lei.

A ausência de prova na condenação de Lula foi a exposição mais clara da decomposição do Estado de Direito. Não era preciso um escândalo das conversações do juiz com o procurador para se reconhecer as violações das próprias leis e da Constituição do Estado burguês. Apenas reforça a exigência de libertação imediata de Lula. A classe operária e os demais explorados saberão julgá-lo na hora certa, ditada pelas leis da história.

DISPUTA INTESTINA DERRUBA MAIS UM MINISTRO DE BOLSONARO

Com a destituição do general Carlos Alberto dos Santos Cruz, são três ministros que caem. Carlos Bebiano, da Secretaria Geral da Presidência, foi simplesmente posto no olho da rua. Ameaçou apresentar denúncias sobre a influência dos filhos de Bolsonaro e do “ideólogo” direitista Olavo de Carvalho, porém, se decidiu pelo silêncio. A queda de Ricardo Vélez Rodrigues do Ministério da Educação se deveu aos conflitos seguidos com setores da própria burocracia escolar, que não tinha como aceitar a imposição de cantar o hino nacional antes do início das aulas, rever os livros didáticos sobre o período da ditadura militar, impor vigilância aos professores, etc. Também nesse caso, assinalou-se a presença de disputas entre olavistas e um grupo de militares.

Há informação de que Santos Cruz agia por meio de rígida

centralização no cargo de secretário-geral da Presidência, incomodando outros personagens do governo, como o chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Fábio Wajngarten, contrariado com a negativa de liberação de verba publicitária, e parlamentares que não conseguiam seu aval para emendas. As verbas publicitárias são um importante instrumento para o governo comprar a imprensa, orquestrar as campanhas publicitárias, e promover a figura do presidente. Dia a dia, Bolsonaro vê crescer a oposição das massas ao seu governo antinacional e antipopular. O fundamental está em que a crise política impulsiona as forças centrífugas, que impossibilitam estabilizar a governabilidade. Processo esse que se agravou desde o movimento do impeachment de Dilma Rousseff.

Ocupa o lugar de Santos Cruz, o general da ativa Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Passa a ter um importante peso, por ser o comandante militar do Sudeste. A substituição de um militar por outro não surpreendeu. Chamou a atenção, porém, por ser um general da ativa. A tendência da crise é a de Bolsonaro avançar ainda mais a militarização de seu governo. Espera a aprovação da reforma da Previdência, para fortalecer a centralização do Estado. O baixo crescimento, quase próximo de uma recessão, o alto desemprego e o subemprego dificultam alinhar as forças burguesas em torno a novas contrarreformas. O Congresso Nacional, por sua

vez, poderá ser mais impositivo na exigência de Bolsonaro estabelecer uma aliança partidária de tipo “governo de coalizão”, ou seja, do “toma lá dá cá”.

Os explorados recorreram à greve geral em abril de 2017, e voltam à luta nacional em 14 de junho. Não falta muito para se concluir a votação no Congresso Nacional e se abrir uma nova etapa da crise de governabilidade. A vanguarda tem o dever de trabalhar pela organização independente da classe operária e lutar no seio das massas, desenvolvendo a estratégia do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias.

Ou se encaixa na linha do agronegócio, ou cai fora

A bancada ruralista exigiu de Bolsonaro a destituição do presidente da Funai, general Franklimberg Ribeiro de Freitas. Motivo: não seguia a nova orientação, que consiste em acabar com as demarcações de terras indígenas, abrir espaço para o avanço do agronegócio e das mineradoras, bem como inserir as áreas demarcadas na exploração econômica. O secretário de Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, serviu de canal da exigência dos ruralistas para contestar a administração do general.

A Funai foi transferida do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado por Bolsonaro, e, para a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, a atribuição de cuidar das terras indígenas. É claro o propósito de encerrar a política de “reparação histórica”, que teve seu ponto alto no governo de Lula, com a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

Lembremos que, em 1993, o presidente Fernando Henrique Cardoso demarcou a área, que somente foi legalmente reconhecida em 2005, pelo governo de Lula, apoiado em uma decisão do STF. A reação do agronegócio e do extrativismo foi dura, provocando um momento de turbulência no seio da política burguesa e do Estado. O general Augusto Heleno foi um dos protagonistas dos interesses do grande capital. A região é de grande interesse, não apenas dos produtores de arroz, do agronegócio, mas principalmente da indústria de extração, que cobiça a reserva do nióbio. Augusto Heleno se chocou com a posição da “reparação histórica”, assumindo o papel dos interesses dos capitalistas, em nome dos interesses e da proteção do território nacionais.

Sabemos que a burguesia brasileira, submetida, em última instância, ao capital financeiro e às multinacionais, não tem

como garantir os “interesses nacionais”, nem atender aos interesses dos povos indígenas, que fatalmente se manterão sob a guarda dos interesses gerais da burguesia exploradora e opressora. O que há é uma disputa interburguesa, que envolve disputas interimperialistas, pelas riquezas naturais. Como reflexo de tais interesses econômicos, se evidencia a disputa interreligiosa pela ascendência sobre os indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CMI), ligado à CNBB, há muito trabalha por manter a ascendência sobre a população indígena. As demarcações de terra é um dos pontos de sua política. Bolsonaro se apoia nas igrejas evangélicas, que vêm ganhando terreno no País. A quebra ou redução da influência da Igreja Católica sobre as nacionalidades indígenas é parte do problema econômico. O general Franklimberg dificultou a implantação da orientação pró-agronegócio e pró-evangélica. Foi escoraçado por Nahan Garcia, a mando da bancada dos ruralistas e de Bolsonaro.

Tudo indica que a tendência é a de os capitalistas passarem por cima das travas da política indigenista, que se mascara de reparadora das injustiças históricas. Política essa levada adiante por um setor da socialdemocracia internacional. É impossível, nos marcos do capitalismo, impedir que as forças econômicas penetrem na floresta, e por cima das terras indígenas.

A defesa da preservação das nacionalidades indígenas, quase em extinção, somente poderá ser real e progressiva sob um governo operário e camponês, gestado e formado pela revolução proletária. Um passo nesse caminho depende do enfrentamento ao governo militarista, fascistizante e pró-imperialista de Bolsonaro, por meio da organização independente da classe operária.

Demissão do presidente dos Correios

Em seguida ao presidente da Funai, foi a vez do presidente dos Correios, o general Juarez de Paula Cunha, ser exonerado. Bolsonaro aproveitou um pronunciamento de Paula Cunha contrário à privatização, para também colocá-lo no olho da rua. Não era propriamente um homem do novo governo. Havia sido empossado pelo governo de Temer. Diplomáticamente, Bolsonaro o manteve, sabendo que sua permanência seria provisória.

O programa de Paulo Guedes não admite exceção – tudo é privatizável, segundo sua própria declaração. Os Correios vêm sendo desestatizados progressivamente. Não vai demorar muito, para que caia por inteiro nas mãos de “investidores”. Está na lista do plano entreguista de Bolsonaro. A não ser que os trabalhadores travem uma luta acirrada contra as privatizações e as desnacionalizações.

Passada a reforma da Previdência, virá outra investida do bolsonarismo na área econômica. A burguesia e o governo esperam

que o movimento contra a reforma da Previdência não fortaleça os explorados, e que não os prepare para novas arremetidas. A resistência às privatizações não ganhou a dimensão necessária para erguer um movimento anti-imperialista. Essa paralisia expressa os anos de domesticação da classe operária pela política reformista do PT e de uma fração poderosa do sindicalismo burocrático.

A exoneração do general Paula Cunha é um sinal de que logo mais Bolsonaro/Guedes vão para cima dos correios. Certamente, nos bastidores, já se fazem as negociações privatizantes. Os trabalhadores dos Correios travaram importantes lutas, mas as traições de suas direções estaduais e da direção nacional impossibilitaram de alcançar uma organização independente. A vanguarda combativa, que não se deixou arrastar pela política de conciliação de classes e pelo sectarismo das tendências de esquerda, deve se pôr em alerta e passar a organizar a resistência.

Bolsonaro enxota Joaquim Levy

Setores do mercado financeiro se perguntaram se precisava ser assim. Parlamentares reprovaram a forma como Bolsonaro jogou, para fora da presidência do BNDES, Joaquim Levy. Afinal, esse senhor ocupou vários cargos de relevância em vários governos, inclusive no de Fernando H. Cardoso. O último cargo de ministro da Fazenda foi na gestão de Dilma Rousseff, ao qual renunciou, em meio a uma grande crise política. Acima de tudo, Levy é um homem do Banco Mundial. Está aí por que setores da burguesia, que estão com o governo de Bolsonaro, acharam desrespeitosa a forma como foi anunciada sua demissão.

Interessa descrever esse episódio porque reflete a profunda crise política, que ganhou corpo, desde a reeleição de Dilma Rousseff, se projetou com o impeachment, permaneceu na ditadura civil de Temer e está na base do governo de Bolsonaro, que há apenas alguns meses dirige o Estado. Levy deixou seu cargo de diretor do Banco Mundial e passou a dirigir o BNDES, a convite do ministro da Economia Paulo Guedes. Bolsonaro engoliu a indicação, e Levy se tornou um “espinho na garganta” do presidente da República.

E por quê? Porque foi ministro de Dilma Rousseff. Paulo Guedes, segundo analistas, não se preocupou com a vida política pregressa de Levy, uma vez que este sempre trabalhou pelos interesses gerais da burguesia, em particular do capital financeiro. Seu vínculo com o Banco Mundial era o que importava. Não foi combinado, porém, que seu papel seria o de servir ao objetivo de caça ao PT, e de desmonte do BNDES.

Bolsonaro tinha em mente abrir “a caixa preta” do banco, para executar a política desenvolvimentista do governo do PT. A meta da investigação seria a de condenar os diretores do BNDES, principalmente, Luciano Coutinho, por terem financiado obras na Venezuela e Cuba, bem como favorecido empresas de capital nacional, como a JBS, que ocupou um lugar de destaque nas denúncias de corrupção. Poderia ser o primeiro passo para o desmonte do BNDES.

Aos banqueiros, seria melhor reduzir o papel do banco estatal, cujo volume de transações interfere no monopólio do capital financeiro. A noção de um banco estatal de desenvolvimento, voltado, portanto, a apoiar os capitalistas nacionais, foi concreti-

zada pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas, em 1952. Em 1971, o governo militar de Emílio Garrastazu Médici, transformou o BNDE em personalidade jurídica de direito privado, o que lhe permitiu aumentar sua participação nas movimentações financeiras e, segundo analistas, apoiar as medidas de substituição de importações. Em 1982, ainda no governo militar, se acrescentou a função “social”, tornando-o BNDES.

O fato é que o BNDES sempre serviu aos interesses dos grandes capitalistas nacionais, embora atendesse também aos médios e pequenos. O governo petista achou que poderia recuperar sua origem nacionalista. Acabou servindo a interesses de alguns grupos poderosos.

A tendência de setores da grande burguesia, altamente entrelaçados ao capital imperialista, é liquidá-lo. O mesmo se pensa em relação ao Banco do Brasil e Caixa Econômica. Os bancos estaduais foram, quase em sua totalidade, privatizados. Os atritos em torno do BNDES é parte do plano geral de liquidar com todas as estatais. O governo Bolsonaro tem a função de ampliar e acelerar a desnacionalização.

A desorganização da classe operária, em grande medida sustentada pela política de colaboração de classes do PT e da burocracia sindical, facilita às frações da burguesia processarem suas disputas em meio à crise econômica, que tem destruído parte das forças produtivas internas. Nesse exato momento, o movimento pela derrubada da reforma da Previdência não teve como levantar a maioria oprimida por meio da greve geral, devido à traição e sabotagem da própria direção, comandada por centrais sindicais estatizadas ou semi-estatizadas.

Objetivamente, os explorados tendem à luta e podem pôr em pé um movimento revolucionário anti-imperialista e anti-capitalista. As experiências das massas com as disputas interburguesas são importantes, uma vez que possibilitam à vanguarda desenvolver a bandeiras de independência nacional, ruptura com a dominação imperialista e expropriação do grande capital. Permitem desenvolver a estratégia própria de poder do proletariado em torno da bandeira de governo operário e camponês.

Educação

Litoral Norte

Presidente do DA do IFSP Caraguatatuba recua da decisão de “demitir” a diretora de mobilização Larissa

No dia 7 de junho, foi realizada uma panfletagem de denúncia contra a perseguição política ao movimento estudantil e à diretora de mobilização, Larissa, pela direção do campus e do presidente do Diretório Acadêmico (DA) do IFSP Caraguatatuba. A perseguição se configura pela suspensão do calendário acadêmico no dia 30/05, feito pela direção do IFSP, temendo outro dia 15/05, ao qual os estudantes realizaram a paralisação do campus e um grande ato na região. E a aluna, pela “demissão” do seu cargo no DA, feito pelo presidente, já que a diretora de mobilização foi fundamental para que tais ações fossem possíveis.

Aproveitando o espaço da reunião de representantes da

Apeoesp, no dia 06/06, aprovou-se uma moção de repúdio, que também foi assinado pelo Comitê Resistência Litoral Norte, feita pela Larissa e distribuída por ela na panfletagem.

Semanas depois do comunicado de demissão da estudante e da denúncia, o presidente e vice-presidente do DA voltaram atrás na decisão. O que mostra que, mesmo sem acontecer uma assembleia para discutir sobre a ação, ficaram desgastados, e mostrou que são braço da direção do campus dentro do DA.

A Corrente Proletária Estudantil soltou a nota de repúdio em defesa da aluna perseguida colocando que só se pode destituir qualquer membro eleito dos representantes estudantis, em assembleia. Que é fundamental a direção do DA se manter in-

dependente da direção do campus, e não aceitar nenhum tipo de arbitrariedade.

Abaixo, o boletim que foi distribuído:

Nota de Repúdio à direção do campus e ao presidente do DA

Após a paralisação nacional da educação do dia 15/05, as entidades nacionais dos estudantes (UNE, UBES, ANPG) chamaram mais um dia de mobilização contra os cortes da educação e da Reforma da Previdência para o dia 30/05, que logo contou com o apoio das centrais sindicais, dos movimentos sociais e dos sindicatos.

O Diretório Acadêmico (DA) e Grêmio Estudantil do IFSP Caraguatutuba chamaram uma assembleia para o dia 29/05. Mas, a direção do campus, no dia anterior a assembleia, decidiu arbitrariamente por suspender o calendário acadêmico no dia 30/05, numa clara ação para quebrar a mobilização dos estudantes, temendo acontecer outro dia 15/05 na universidade. Essa decisão passou por cima do Conselho do Campus (CONCAM), órgão máximo da burocracia universitária local. Diante da decisão autoritária da diretora, os conselheiros, numa reunião extraordinária, junto a membros do DA, encaminharam a revogação da suspensão do calendário acadêmico. Na votação, foi unânime a revogação da suspensão do calendário. Mas, a suspensão se deu mediante imposição das condições da diretora, que exigiu que não houvesse paralisação, que as aulas normais não fossem interrompidas por nenhum barulho, e que quaisquer atividades dentro do campus teriam de contar com a supervisão dos professores que apoiassem a mobilização.

No mesmo dia da ação da direção do campus, o presidente do DA autoritariamente “demitiu” a diretora de mobilização,

Larissa Sant’Anna, do DA. Queremos esclarecer que uma chapa eleita pelo voto só pode destituir um membro diante da decisão dos representantes estudantis, em assembleia.

O DA não é uma empresa e não é uma instituição tarefaira da direção do IF. Temos de saber diferenciar o órgão de representação dos estudantes do que são os diretores dos Institutos e escolas. O DA é um instrumento de luta que organiza os estudantes da universidade para defender suas reivindicações e melhores condições. Por isso, é fundamental que a direção do DA tenha independência política e organizativa.

Nós, da Corrente Proletária Estudantil, repudiamos e entendemos que tal postura da direção e do presidente do DA se configura como perseguição política ao movimento e à aluna Larissa, já que, na última quarta-feira, dia 15/05, os estudantes realizaram a paralisação do campus e um grande ato na região. Sendo que a diretora de mobilização foi fundamental para que tais ações fossem possíveis.

Reforçamos novamente que o movimento e a direção do DA tenham independência política e organizativa. Porque quando levantamos nossas bandeiras e métodos de luta, de forma independente das reitorias e burocracias, estamos preservando a independência política e organizativa do movimento. Essa independência é necessária, para que não se perca de vista o caráter das reitorias/burocracias, que são instrumentos autoritários e repressivos da burguesia e seus governos, contra os que estudam e trabalham.

***Não aceitaremos a “demissão” da diretora de mobilização, Larissa! Não à perseguição política do movimento estudantil!
Pela independência política do DA e do movimento estudantil!***

Pernambuco

UFPE: Balanço da “Assembleia Geral Universitária”

A assembleia geral Universitária da UFPE ocorreu no último dia 10/06, em frente ao Centro de Educação da Universidade, conforme havia sido deliberado no Comando Unificado de Mobilização e pelas categorias dos professores, estudantes e técnicos em suas respectivas assembleias.

Entretanto, a assembleia contou com um esvaziamento na sua realização, conforme já vinha sendo denunciado no Massas 588, em que o Sindicato Adufepe sabotava os encaminhamentos do Comando Unificado; algumas correntes estudantis se retiraram desse espaço, e deixaram de participar das mobilizações para assembleia.

Ainda assim, a Assembleia Geral não deixou de ser convocada. Na prática, porém, se transformou em uma plenária. Fazia-se necessário romper as barreiras corporativas e preparar a luta contra a

reforma da Previdência. Havia uma expressão dos três setores na assembleia, professores, estudantes e técnicos. As falas expressavam a mobilização para a greve geral de 14 de junho, a luta contra a reforma da Previdência e a continuidade do movimento. Algumas correntes estudantis fizeram propaganda de suas propostas para o CONUNE. Outras falas destacavam a centralidade da bandeira contra a Reforma da Previdência na atual conjuntura.

Dessa forma, foi deliberado na Assembleia Geral o fortalecimento do Comando Unificado de Mobilização, com o convite para os Diretórios Acadêmicos, Sindicatos, entidades e demais organizações participarem de sua construção. No mesmo sentido, o indicativo de preparação de uma recepção unificada para o período letivo 2019.2, que mobilize para a luta. A aprovação de um alerta para garantir a

posse do candidato a reitor mais votado, visto que está sendo recorrente o veto do MEC na consulta sobre um novo reitor; e, no intuito de dar força à greve geral do dia 14, foram deliberadas ações junto aos rodoviários da Região Metropolitana.

A Corrente Proletária na Educação denunciou o movimento de negociatas sobre a Reforma da Previdência, sinalizou que qualquer negociação nesse contexto significará retirada de direitos para os trabalhadores. Todos os partidos da oposição apresentaram emendas à Reforma da Previdência, no mesmo sentido, as Centrais Sindicais sinalizam estarem abertas à negociação sobre a reforma. Chamamos a atenção para a necessidade de se preparar o pós 14 de junho, o que se fez presente na preparação de uma recepção unificada e fortalecimento do Comando Unificado. É nesse sentido que devemos manter erguida a bandeira de uma nova Greve Geral.

UFPE: Resultado das eleições para o CONUNE

O Congresso da UNE (CONUNE) é a principal instância deliberativa da UNE, é nesse congresso que são traçados a atuação política do movimento estudantil, o regimento da UNE durante os dois próximos anos, além de ocorrer a eleição da nova diretoria. O 57º CONUNE acontecerá em Brasília, entre 03 e 07 de julho. No processo eleitoral para a escolha dos delegados na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foram inscritas três chapas. A Chapa 1, formada pelas forças da UJS e o Levante Popular da Juventude, Juventude do PSB, do PDT e Luta, sob o nome fantasia: “Esperança é o que nos une” levanta as seguintes bandeiras: Revogação dos cortes de 30% e da EC95, que congela o investimento em saúde e educação por 20 anos; reabertura do DCE; ampliação e diminuição do valor do RU para todos; reabertura da Concha Acústica e dos demais equipamentos culturais; ampliação da creche para que as mães estudantes e funcionárias possam estudar e trabalhar tranquilamente; debater as políticas de atenção à saúde mental dos estudantes, fortalecendo o NASE; uma universidade democrática e inclusiva, sem racismo, LGBTfobia e machismo; fortalecimento das empresas juniores. Nota-se a apresentação de bandeiras locais, o que já prepara a campanha para o DCE, fechado há quase uma década. Não estão presentes no folheto os métodos que serão utilizados para a viabilização dessas reivindicações, mas, por sua composição, sabemos que são os métodos parlamentares, pois, essas correntes burocráticas bloqueiam o caminho para que a juventude se vincule a um programa classista e adote métodos de ação direta.

A chapa 2 está ligada à União da Juventude Comunista (UJC) e ao Movimento Universidade Popular (MUP), esta chapa se coloca como oposição à corrente majoritária da direção da UNE. No material que foi distribuído para a campanha, a chapa 2 defende: a reconstrução do movimento estudantil brasileiro pela base; fortalecimento dos CAS, DAS, DCES, Executivas e Federações de curso, fortalecer a oposição de esquerda numa direção combativa e popular, por uma produção de ciência e tecnologia atrelada a um projeto de soberania nacional, defesa da paridade no poder

da universidade etc. A defesa da “Universidade Popular” é uma variante de reforma da educação sob o capitalismo.

A chapa 3, composta pelas correntes do RUA, Correnteza (UJR), Enfrente, Para todos, JAE, JAP, Quilombo e Afronte, também se coloca como oposição à direção da UNE. De acordo com texto divulgado no seu material de campanha “Após 30 anos de gestão da UJS, juventude do PC do B (chapa 1), tivemos uma UNE distante dos estudantes”. Essa chapa defende pautas como: contra os cortes em pesquisa e extensão, e lutar por suas ampliações, com o cumprimento da meta dos 10% do PIB para a educação pública; pela valorização dos cursos de humanidades, artes e educação e criação de uma campanha nacional pela volta do ministério da cultura; por uma UNE mais presente no combate e na campanha contra o projeto de militarização da educação e também do “escola sem partido”, querem uma universidade rica na pluralidade de ideias e sem censura etc.

O processo eleitoral foi burocratizado e despolitizado. As informações não foram amplamente divulgadas. Após o lançamento das chapas, não houve nenhum espaço de debate com as três, e predomina o ocultamento das correntes e partidos por trás das chapas.

A priori, a eleição aconteceria no dia 17 de junho (segunda-feira), mas ficou para o dia 18 de junho (terça-feira). No dia da eleição, as correntes se colocaram na frente dos centros, tanto para fazer campanhas como para incentivar os votos dos estudantes. Ao final do dia, o resultado foi que a chapa 1 obteve 848 votos, conseguindo eleger 9 delegados; a chapa 2 obteve 621 votos, tendo 7 delegados; a chapa 3 com 762 votos, elegendo também 9 delegados.

A Corrente Proletária na Educação (POR), por seu caráter embrionário, não lançou candidatura. Reconhece, porém, a importância do Congresso, sobretudo na conjuntura atual em que é necessário romper com a política de conciliação de classes da direção da UNE, defender a independência política da entidade diante da política burguesa, e construir uma verdadeira oposição à burocracia que comanda a UNE.

Rio Grande do Norte /

Todo apoio à ocupação da reitoria da UFRN!

Na noite de 14 de junho, dia de greve geral, um setor do movimento estudantil da UFRN ocupou a Reitoria. Conforme a sua Carta de Deflagração, a Ocupação Leilane Assunção tem como eixo a luta contra os cortes de verbas na educação e a Reforma da Previdência. Além disso, propõe uma greve geral dos servidores da UFRN, e indica a estudantes de outras IFES que também adotem o método de ocupação.

A ocupação da Reitoria ocorre num contexto em que, por um lado, estão mantidos os cortes na educação, que inviabilizarão o funcionamento das universidades no próximo semestre, e se aproxima a votação da violenta Reforma da Previdência no Congresso. Por outro lado, começa a aparecer no horizonte o risco de uma grande traição ao movimento, expresso pelo abominável acordo dos governadores do PT e PCdoB em apoiar uma Reforma “desidratada”, e seu compromisso em convencer suas bancadas parlamentares a votarem a favor da PEC. Soma-se a isso o anúncio feito pela ANPG (Associação Nacional de Pós-graduandos), de que a devolução de 1 bilhão para a educação, fruto de uma negociata parlamentar com o governo Bolsonaro, seria uma “vitória do movimento”, quando ainda resta um corte de cerca de 4,8 bilhões de reais.

A ocupação da Reitoria é a forma que um setor da juventude combativa encontrou de expressar sua revolta, frente aos ataques do governo Bolsonaro, e sua insatisfação diante do imobilismo das direções das Centrais Sindicais, que se limitam a realizar dias espaçados de paralisação e/ou greve geral, sem organizar a luta pela base para uma forte greve geral, mais longa e ampla, que faça o governo Bolsonaro recuar.

Diante disso, o Partido Operário Revolucionário - RN manifesta total apoio à Ocupação Leilane Assunção, repudia o acordo traiçoeiro dos governadores do PT e PCdoB com os aliados do governo Bolsonaro, e exige que centrais sindicais rejeitem integralmente a reforma, e organizem imediatamente a continuidade da luta, apontando para uma greve geral por tempo indeterminado.

Não aos cortes na educação!

Abaixo a reforma da Previdência!

Todo apoio à ocupação Leilane Assunção!

Nada de negociatas com o governo!

Que as centrais organizem imediatamente a continuidade da luta, apontando para uma greve geral por tempo indeterminado!

Nesta edição:

- **México:** Obrador se curva.
- **China:** Crise política em Hong Kong.
- **Irã:** Operações de guerra contra o Irã
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional****México****Obrador se curva**

Manuel López Obrador informou que tinha alcançado um acordo com os Estados Unidos, que “respeitava” a soberania nacional e os interesses de ambos os países. Um dia depois, Trump anunciou que havia um acordo, sim, mas em grande parte “secreto”. E que entraria em vigência quando ele bem “quisesse”, “se os números [de imigrantes que chegam até os EUA] não abajassem muito”. Contradizia, assim, abertamente o governo mexicano, que negou existirem cláusulas secretas. Um dia antes, o secretário de Relações Exteriores, Marcelo Brand, afirmou: “*não há nenhum acordo de nenhuma espécie que não se tenha dado a conhecer*”.

Publicadas as “cláusulas secretas”, se soube que o Acordo exige do México a aprovação no parlamento, em um prazo não maior do que 45 dias, de uma nova política migratória (a lei do “*Terceiro país seguro*”). Se essa condição não for cumprida, os EUA aplicarão as taxas alfandegárias estipuladas por Trump. Trata-se de mecanismos jurídicos e políticos, pelos quais “*cada parte aceitaria o retorno e processamento das reivindicações do estatuto de refugiado, dos cidadãos de terceiros países que tenham atravessado esse território dessa parte do acordo*”. Em outras palavras: a “suspensão” das taxas alfandegárias dos Estados Unidos depende, exclusivamente, da ação repressiva do México aos imigrantes, em sua maioria de centro-americanos.

Não por acaso é que, dois dias depois de Trump afirmar a existência desse “pacto secreto”, o governo mexicano militarizou a fronteira sul do país. A aprovação da nova política migratória, por outro lado, imporá ao México a garantia de asilo político aos imigrantes, e a responsabilidade de proporcionar condições mínimas de emprego, moradia e subsídios sociais. Ou seja, o México arcará com os custos para manter os imigrantes. Por essa via, o imperialismo impõe ao governo Obrador erguer o “muro” da repressão ao fluxo migratório.

A mais importante das cláusulas secretas, embora não escrita no acordo, é a que garante e facilita a penetração e controle dos monopólios agroindustriais norte-americanos na economia agrícola e camponesa mexicana. Desde o início das negociações, Trump vem exigindo de Obrador que modifique a legislação sobre uso de sementes, abrindo assim as portas à comercialização de transgênicos, e ao pagamento de regalias às multinacionais por sua comercialização. Trata-se do pro-

grama para a Proteção de Unidades Vegetais (UPOV 91), que, em seu artigo nº 18, refere-se à proteção da propriedade intelectual (patentes) da produção em grande escala de sementes agrícolas. E limita, ao mesmo tempo, o uso de “sementes naturais” de produção própria dos camponeses, assim como os intercâmbios dessas sementes entre unidades agrícolas camponesas.

Sob essas novas condições, avançariam no México a Bayer-Monsanto, Pioneer, Syngenta e Dow, monopólios que controlam 90% da produção de sementes, adubos, comercialização de produtos e acesso aos mercados mundiais. E golpeariam a base alimentar do povo mexicano, baseado no milho, assentariam um brutal golpe à pequena produção camponesa. Existem 2,3 milhões de variedades de milho, obra da biologia genética baseadas no conhecimento milenar dos camponeses,

(...) a retórica nacional-reformista desaba, perante o peso dos fatos materiais, marcados pelo atraso do país e pela força dos monopólios, que impõem seus ditames.

a tradição cultural e as constantes misturas naturais das variedades de sementes, adaptadas a cada condição ambiental. É nesse mercado que, precisamente, os monopólios pretendem impor suas condições e criar as bases de sua dominação dos processos produtivos.

Se avançar esse projeto, os monopólios aumentarão o controle privado sobre as mais diversas espécies de milho, se apropriando do conhecimento social produzido por gerações inteiras. Avançariam ainda no domínio de sua produção e, consequentemente, imporiam as condições de sua comercialização, hoje em grande parte realizadas em base de “trocas em espécie”. Não por acaso, se proibiria, se aprovado o projeto, o livre intercâmbio de sementes entre camponeses. É assim que se manifesta, de forma concreta, a imposição do imperialismo à nação oprimida.

Medidas essas que contrariam a promessa de campanha de Obrador, de que “jamais” aceitaria os cultivos transgênicos no México, caso contrário provocaria uma ruptura com sua base camponesa, uma classe de importância decisiva na política nacional e no abastecimento de matérias-primas e alimentos ao mercado interno. Nota-se que a retórica nacional-reformista desaba, perante o peso dos fatos materiais, marcados pelo

atraso do país e pela força dos monopólios, que impõem seus ditames.

Obrador prometeu que defenderia os interesses nacionais e populares, que ergueria a economia e defenderia a soberania do país. Mas, após seis meses de governo, acaba de joelhos perante a potência imperialista, mente sobre o conteúdo do Acordo, e mostra ser um fiel cão de guarda das fronteiras norte-americanas, militarizando o país e reprimindo milhares de imigrantes.

A nova situação política impulsionará o choque dos explorados com o governo entreguista e impotente. Tudo indica que logo terão de se livrar das ilusões democráticas depositadas no demagogo Obrador. Está colocada a luta pela ruptura

com o imperialismo, pela revolução agrária, e pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em propriedade social. Somente a classe operária pode encarnar a solução revolucionária dessas tarefas democráticas e socialistas urgentes, única via para impor a autodeterminação nacional. A mobilização unitária de imigrantes junto aos operários e camponeses mexicanos em defesa de suas condições de vida é a tarefa mais urgente. É a via para que surja uma vanguarda revolucionária, marxista-leninista-trotskista, capaz de dirigir a nação oprimida em uma frente única anti-imperialista e o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Crise política em Hong Kong

Em 9 de junho, Hong Kong foi tomada por massivos protestos de rua. Foram consideradas como as maiores mobilizações de toda a sua história. O estopim foi um projeto de Lei, que permitia a extradição de “fugitivos”, residentes no território semiautônomo, ao governo chinês. A primeira-ministra do Executivo Autônomo (governo local), Carrie Lam, decidiu pela repressão. No terceiro dia das manifestações, que chegou a dois milhões de pessoas (28% da população da ilha), finalmente, foi obrigada a recuar. Carrie Lam e o Conselho Legislativo tiveram de retirar definitivamente o projeto. Caso



A retirada do projeto de Lei que desatou os protestos foi uma derrota da burocracia do governo chinês, sem que resultasse em perda do controle da Ilha.

contrário, teriam de desfechar a violência sangrenta. O que não era conveniente, nem para o governo de Hong Kong fantoche, nem para o governo da China. As condições da crise mundial e regional poderiam se agravar ainda mais. Foi uma derrota da burocracia do governo chinês, sem que resultasse em perda do controle da Ilha.

Para a uma importante parcela da população, o projeto configura um ataque à autonomia da Ilha, que o governo chinês prometeu preservar por 50 anos (até 2047). Lembremos que Hong Kong, parte do território chinês, foi incorporada às colônias ultramarinas do imperialismo inglês, após a 2ª Guerra Mundial, quando as potências imperialistas vencedoras espoliaram a China. A Ilha ficou sob o controle da Inglaterra, e Taiwan passou a ser um protetorado norte-americano.

Quando assinado o acordo de “devolução” da Ilha, em

1997, o Partido Comunista Chinês (PCCH) aceitou um sistema político, social, administrativo e jurídico semi-autônomo, conhecido como “*um país, dois sistemas*”. A aceitação dessa particular situação visava a evitar uma revolta das massas e uma fuga maciça de capitais (Hong Kong é um dos principais centros financeiros mundiais). Corresponhia ainda à estratégia do regime burocrático de impulsionar a penetração de capitais estrangeiros, embora sob seu rígido controle.

Para o imperialismo, essa especial condição é uma peça chave para continuar a desestabilizar a China. A denúncia do governo chinês de que o imperialismo norte-americano promove e impulsiona politicamente o movimento em Hong Kong não carece de fundamento. A permanência de aspetos da democracia burguesa e as tradições democratizantes das massas permitem ao capital financeiro utilizar Hong Kong como instrumento da restauração capitalista.

A base social dessas movimentações é constituída pelas massas, educadas durante décadas na ideologia e nos métodos burgueses. Não por acaso, o movimento teve por bandeiras a defesa das garantias do “Estado de direito”, e foi apoiado e impulsionado pelas filiais dos grandes bancos e indústrias estrangeiras, que paralisaram fábricas, comércios e bancos, uma espécie de locaute, para potenciar o movimento. Assa-

lariados e operários marcharam junto a grandes comerciantes, jornalistas, profissionais, empresários e agentes bancários. O mesmo se passou com os massivos protestos de 2014, exigindo “sufrágio livre e

universal”, conhecido como a “*Revolução dos Guarda-Chuvas*”. É visível que a crise política em Hong Kong faz parte do processo de restauração capitalista, dirigida com mãos de ferro pelo PCCH e das pressões imperialistas.

A compressão dessas profundas contradições, que surgem do processo histórico de Hong Kong, é decisiva para a política revolucionária do proletariado. Não se deve desconhecer o enorme peso político da educação das massas da ilha nos moldes da ideologia burguesa, que passaram a se refletir na sua consciência, como a “defesa dos direitos civis e democráticos” em face do centralismo ditatorial de formas burocráticas. Mas, também não se deve obscurecer que se trata, em última instância, do choque entre a grande propriedade privada e a propriedade social dos meios de produção em processo de restauração.

São essas relações que explicam por que a luta das massas contra o autoritarismo burocrático do governo chinês não tem sido a expressão da luta da classe operária pela expulsão da burocracia contrarrevolucionária do poder. O combate contra o burocratismo ditatorial é parte integrante do programa da revolução política, e do combate à restauração capitalista em estado avançado. Mas, está ausente a direção marxista-leninista-trotskista, capaz de encarnar esse programa. É nessas condições que se projeta o movimento democratizante bur-

guês, por trás do qual agem as forças imperialistas.

Somente o proletariado, organizado no campo de sua independência política, poderá romper com o centralismo burocrático, e impulsionar a democracia operária, tomando o poder do Estado e a direção da economia, retomando a transição ao socialismo, interrompida pela contrarrevolucionária política que encarnou na teoria do “socialismo em um só país”, e permitiu o avanço da restauração, obscurecida e acobertada sob a falsa consigna de “um país, dois sistemas”.

Operações de guerra contra o Irã

Dois navios que transportavam nafta e etanol sofreram explosões e incêndios, quando navegavam no golfo de Omã, com destino ao Japão. Pouco se sabe dos ataques. Comentou-se, na imprensa burguesa, sobre atentados com minas subaquáticas e até com torpedos. O imperialismo, inicialmente, apresentou fotos e vídeos que, supostamente, “demonstrariam” a responsabilidade dos iranianos. O proprietário do navio, porém, desmentiu tal versão. E informou à imprensa que a tripulação disse ter visto “objetos voadores” antes das explosões.

Desmontada a falsificação, rapidamente o imperialismo ajustou a sua propaganda. Agora, as explosões “deveram-se” a um míssil do Irã, que objetivava derrubar um drone norte-americano. A agência de inteligência britânica seguiu essa nova versão dos EUA. Declarou ter “quase certeza” de que os iranianos realizaram um ataques com mísseis.

No mesmo dia das ocorrências, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, visitava o Irã. Estava reunido com o líder supremo, o aiatolá Alí Kamenei, avaliando e debatendo sobre o futuro das relações comerciais entre ambos os países, no contexto do agravamento das tensões com os EUA. A visita do Japão ao Irã deve ter soado como um desrespeito aos norte-americanos, que vêm acirrando o cerco militar ao país, e travando as relações econômicas e diplomáticas das frações imperialistas rivais. Chama, portanto, a atenção a montagem do caso e as contínuas mudanças de versões.

O regime teocrático foi obrigado a ajustar sua política externa e interna às novas condições. Informou que o enriquecimento de urânio estava chegando a níveis possíveis de desenvolver dispositivos nucleares bélicos. Certamente, não conta com a capacidade tecnológica e produtiva para dar o elementar passo de exercer seu livre direito de decidir sobre a posse de armas nucleares. Tudo indica que se trata de uma manobra, visando a reiniciar as negociações e afrouxar o cer-

co do imperialismo.

No entanto, tudo indica também que o imperialismo nega-se a negociar qualquer medida que fortaleça ou dê sobrevida a um regime nacionalista. Isso explica por que os ataques aos navios passaram a servir de motivo para agravar a escalada belicista, e justificar um novo deslocamento de tropas para a região (na verdade, já estavam a caminho, quando os navios foram atacados). Constata-se ainda que, nos últimos meses, houve um rápido crescimento da presença militar norte-americana em todo o Oriente Médio, especialmente nas fronteiras do Irã. Recentemente, foram instaladas lançadeiras móveis de mísseis no Qatar e Arábia Saudita. A derrubada de um drone militar dos EUA pelo Irã, quando esse penetrou seu espaço aéreo, reascendeu a escalada de ameaças. Segunda a imprensa, Trump desistiu de um ataque militar. O que indica está colocando uma ação militar imperialista, se os choques se agravarem.

São passos no caminho de ampliar o intervencionismo dos Estados Unidos e seus serviços da região. Os Estados Unidos precisam aumentar seu controle sobre as fontes e comércio de petróleo. Se for preciso e as condições mundiais permitirem, podem ir à guerra. É preciso indicar que as tendências dominantes da situação política mundial estão marcadas pelo avanço da guerra comercial e das tendências bélicas.

São essas tendências gerais que obrigam os explorados e oprimidos do Oriente Médio a darem saltos políticos e organizativos para enfrentar e derrotar a opressão imperialista. Por sua vez, exige da vanguarda revolucionária, em toda a parte, avançar na resolução da crise de direção mundial, produto da destruição da III Internacional pelo estalinismo, e da desintegração da IV Internacional pelo revisionismo pablista. Os povos oprimidos somente poderão derrotar a ofensiva econômica e militar do imperialismo e conquistar a independência nacional sob o programa da revolução proletária, e da bandeira dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 588, expusemos as críticas de Lênin ao pacifismo burguês e pequeno-burguês. Na medida em que passava o tempo, avançava a devastação, aumentava o rio de sangue, e crescia a miséria das massas, as potências imperialistas acenavam com a bandeira da paz. Os socialchauvinistas da II Internacional e as suas variantes nacionais da socialdemocracia passaram a se movimentar por trás dessa manobra, comportando-se como pacifistas capituladores. Lênin assinala uma mudança na situação mundial, que comparecia como “uma virada da guerra imperialista à paz imperialista”.

Em janeiro de 1917, redige o artigo “Pacifismo burguês e pacifismo socialista”. Demonstra que era difícil saber com precisão se a guerra estava chegando ao fim. No entanto, estava claro que se iniciava um processo nesse sentido. Havia sinais de esgotamento das coalizões imperialistas em guerra. A conflagração já tinha destruído importante quantidade de forças produtivas, e o capital financeiro havia obtido altos lucros com a guerra. Destacam-se as vantagens dos países que se declararam neutros, principalmente os Estados Unidos.

A Alemanha e a Inglaterra tinham conquistado posições para realizar uma partilha. À essa altura, a Alemanha já alcançara importantes objetivos da guerra. Eis uma breve descrição de Lênin: “Ambas as coalizões imperialistas se apoderaram de uma determinada quantidade de espólios. Os dois principais e mais fortes bandoleiros, Alemanha e Inglaterra, foram aqueles que mais conquistas obtiveram. A Inglaterra não perdeu um só palmo de seu território, nem de suas colônias; ‘adquiriu’ as colônias alemãs e parte da Turquia (Mesopotâmia). A Alemanha perdeu quase todas suas colônias, mas conquistou territórios imensamente mais valiosos na Europa, ao apoderar-se da Bélgica, Sérvia, Romênia, parte da França, parte da Rússia, etc. (...) Os aliados mais débeis perderam mais: na coligação inglesa, Bélgica, Sérvia, Montenegro, Romênia foram esmagados; na coligação alemã, a Turquia perdeu Armênia e parte da Mesopotâmia”.

Esse é o quadro no momento em que começa a ser levantada a bandeira da paz pelo imperialismo. A II Internacional, por meio de sua fração centrista, dirigida por Karl Kautsky, lança a discussão sobre em que condições se deveria realizar a paz. O seu principal argumento era o de que os países beligerantes renunciassem às anexações e a qualquer submissão de povos. No fundo dessa boa intenção, estava a posição original do chauvinismo e do pacifismo pequeno-burguês. Lênin recorda que “Kautsky não desmascara as intenções imperialistas concretas de seu próprio governo, senão que se limita a um desejo ou a uma proposição geral”. Denuncia a omissão de Kautsky sobre a Turquia, que se encontrava na condição de “vassalo financeiro e militar” da Alemanha.

Lênin pergunta: “Pode, por acaso, um governo burguês atual de um país rico renunciar realmente às anexações e à submissão econômica de povos estrangeiros, quando investiram milhões em ferrovias e outras empresas nas débeis nações? (...) Quem luta

realmente contra as anexações, etc.? Aqueles que lançam frases generosas que, objetivamente, significam o mesmo que água benta cristã, com que se borrifam os ladrões coroados e capitalistas? Ou aqueles que explicam aos operários que, sem derrotar a burguesia imperialista e seus governos, é impossível pôr fim às anexações e ao estrangulamento financeiro? Os socialchauvinistas, que se negaram a organizar a luta do proletariado contra seus próprios governos, agora, se comportam como arautos de uma paz ditada pela própria burguesia.

Lênin rechaça o cinismo e a hipocrisia dos kautskistas e toma como exemplo Karl Liebknecht. Eis “Para não embelezar a guerra imperialista e não ajudar a burguesia a passá-la falsamente por uma guerra nacional, por uma guerra pela libertação dos povos, para não se deslizar para a posição do reformismo burguês, é preciso falar, não na linguagem de Kautsky e Durati, mas na linguagem de Karl Liebknecht: dizer que a burguesia é hipócrita, quando fala de libertação nacional, que esta guerra não pode acabar em uma paz democrática, a não ser que o proletariado ‘volte suas armas’ contra seus próprios governos (...) Essa é a única posição possível de um verdadeiro marxista, de um verdadeiro socialista, e não de um reformista burguês. Não trabalham realmente por uma paz democrática aqueles que repetem os bons e gerais desejos do pacifismo, que nada dizem e nada obrigam. Somente trabalha por essa paz quem desmascara o caráter imperialista da guerra atual e da paz imperialista que se está preparando, e que chama os povos a se rebelarem contra os governos criminosos”.

Em meio a essa movimentação dos governos imperialistas e dos socialistas capituladores, realizaram-se os congressos da CGT francesa e do Partido Socialista francês. A resolução da CGT, aprovada por unanimidade, simplesmente pede aos Estados Unidos a intervirem em favor do fim da guerra. E solicita ao governo francês a máxima atenção à resolução. Lênin analisa o absurdo do palavreado da burocracia sindical cegetista sobre uma “federação de nações” para garantir “uma paz definitiva”, “a independência, a inviolabilidade territorial e a liberdade econômica de todas as nações, grandes e pequenas”. Mostra que é ridículo falar em liberdade econômica de todas as nações, sem que se derrubem os governos burgueses, e sem que se exproprie a burguesia. A bandeira de liberdade econômica serve para enganar os povos.

Lênin refere-se à resolução do congresso do Partido Socialista francês como pior ainda que a da CGT. Limita-se a indicar que está cheia de “frases afáveis e sentimentais sobre a paz, seguida imediatamente por declarações, afirmando estar dispostos a continuar apoiando a chamada ‘defesa nacional’ da França”.

Referindo-se, finalmente, à encruzilhada em que se encontrava o grupo de Zimmerwald, que se arrastava por trás do kautskismo, Lênin conclui rechaçando a separação entre a guerra e a paz imperialista, e afirmando a tese marxista de que “a guerra é a continuidade da política de paz, e a paz é a continuidade da política de guerra”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, Vol. XXIV, Akal Editor)